

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM FILOSOFIA**

A INTENÇÃO SUBJACENTE AOS ATOS DE FALA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cleonice De Oliveira Santos Beutler

Santa Maria, RS, Brasil

2009

A INTENÇÃO SUBJACENTE AOS ATOS DE FALA

por

Cleonice De Oliveira Santos Beutler

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interinstitucional em Filosofia, Área de Concentração Filosofias Teórica e Prática, Linha de Pesquisa Filosofia da Linguagem, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Filosofia.**

Orientador: Prof. Dr. Abel Lassalle Casanave

Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Sartori

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
Programa de Pós-Graduação de Filosofia
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM FILOSOFIA - MInter**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

A INTENÇÃO SUBJACENTE AOS ATOS DE FALA

elaborada por
Cleonice De Oliveira Santos Beutler

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Filosofia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Abel Lassalle Casanave, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Carlos Augusto Sartori, Dr. (UNIJUÍ-RS)
(Co-orientador)

Frank Thomas Sautter, Dr. (UFSM)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido saúde, capacidade e discernimento para a conclusão desta dissertação.

Aos professores, Dr. Abel Lassalle Casanave e Dr. Carlos Augusto Sartori, por terem me orientado com presteza, atenção, compartilhando seus conhecimentos e experiências. Fico extremamente grata e feliz por ter tido a oportunidade de trabalharmos juntos.

Agradeço também a todos os meus familiares, pelo companheirismo, pelas opiniões e colaborações neste trabalho.

E, como reconhecimento final, à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ e em particular a todos os professores do Curso do MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM FILOSOFIA.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Santa Maria

A INTENÇÃO SUBJACENTE AOS ATOS DE FALA

AUTORA: CLEONICE DE OLIVEIRA SANTOS BEUTLER

ORIENTADOR: ABEL LASSALLE CASANAVE

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 28 de agosto de 2009.

Este trabalho apresenta um estudo da intenção que está presente nos atos de fala. O contexto se coloca como um determinante no que diz respeito a esses atos, os quais são unidades de linguagem em uso. Destacamos a concepção austiniana, que apresenta importantes contribuições com relação à visão performativa e pragmática do uso da língua. Com a teoria dos atos de fala, Austin evidenciou uma nova concepção, em que a linguagem é concebida enquanto ação, passando a ser vista como não transparente, mas aberta a diferentes interpretações. Essa concepção de linguagem consolida-se com a abordagem performativa e pragmática de Austin, Searle e Grice, originando uma nova etapa nos estudos linguísticos e constituindo um novo paradigma de estudo da linguagem, tanto para a filosofia contemporânea quanto para a linguística. O presente trabalho faz uma abordagem dos filósofos citados, comparando-os entre si, com a finalidade de mostrar que existem diferenças significativas em relação à forma como entendem a intenção nos atos de fala. Também destacamos os entendimentos desses estudiosos, bem como a sua definição em relação aos atos locucionários, ilocucionários e os perlocucionários. Por fim, enfatizamos as contribuições que Austin nos deixou para o estudo da linguagem.

Palavras-chave: atos de fala, intenção, força ilocucionária, visão performativa

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Santa Maria

A INTENÇÃO SUBJACENTE AOS ATOS DE FALA (THE SUBJACENT INTENTION IN THE SPEECH ACTS)

AUTHOR: CLEONICE DE OLIVEIRA SANTOS BEUTLER

SUPERVISOR: ABEL LASSALLE CASANAVE

Date and Place of Defense: Santa Maria, August 28, 2009.

This research presents a study of the intention that exists in the speech acts. The context is placed as a determinant element as far as such acts are concerned, which are units of language in use. Special attention is given to the Austinian approach for its relevance to the studies of language. The previously mentioned approach provides important contributions to the performative and pragmatic understanding of language usage. Through the speech acts theory, Austin called the attention to a new conception, where language is accepted as action, starting to be seen as non-transparent, but open to different interpretations. This conception of language is supported by the performative and pragmatic approach by Austin, Searle and Grice, beginning a new phase in the linguistic studies, a new paradigm in the language study, not only for contemporary philosophy but also for linguistics. The present work shows a different approach from the philosophers aforementioned, comparing them, in order to demonstrate that there are significant differences in relation to the way they understand the intention in the speech acts. The different understandings of these researchers are also presented as well as their definitions of locutionary, illocutionary and perlocutionary acts. Finally, the Austinian contributions to the study of language are also emphasized in the present study.

Key-words: speech acts; intention; illocutionary force; performative understanding

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. UMA NOVA CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM A PARTIR DOS ATOS DE FALA	11
1.1 O que são atos de fala na visão de Austin?.....	12
1.2 Atos de fala na visão de Searle.....	18
1.3 A Teoria da Conversação de Grice e os atos de fala.....	23
2. A IMPORTÂNCIA DA INTENÇÃO DOS ATOS DE FALA PARA A LINGUAGEM	
.....	29
3. CRÍTICAS À VISÃO PERFORMATIVA DA LINGUAGEM E SUAS	
IMPLICAÇÕES.....	58
CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

INTRODUÇÃO

Considerando as reflexões sobre a linguagem, podemos perceber que a semântica se propõe a estudar as condições de verdade da proposição, sem se preocupar com a linguagem enquanto discurso, deixando de considerar as situações reais de uso da língua e a possibilidade de intervir, agir e influenciar por meio desse uso. Ao contrário, a visão pragmática da língua deixa de lado a questão da verdade para compreender a linguagem como discurso produtor de efeitos, como poder de intervenção no real, ou seja, como ação, levando em conta o estudo da linguagem em uso e os efeitos do discurso nos interlocutores que participam do diálogo. Para a mesma, a produção de sentidos se completará no momento em que o sujeito fizer uso da linguagem, produzindo, com isso, significações. Também considera a linguagem como um todo, leva em conta sua produção social, os elementos não-convencionais e traz para junto dos estudos da linguagem conceitos de sociedade e de comunicação, os quais por algum tempo foram deixados de lado.

Por volta do século XX, os estudos pragmáticos começaram a conquistar mais espaço no campo da linguagem. Isso ocorreu, sobretudo, quando os filósofos da linguagem John Austin e Paul Grice realizaram trabalhos sobre o assunto. Austin afirma que a linguagem não tem apenas a função de descrever, mas a função de realizar atos. Quando o sujeito proferir “Eu prometo que virei amanhã” o ato da promessa é realizado quando ele diz “Eu prometo”. Grice mostra que a linguagem comunica mais do que está posto pelo enunciado, pois, quando se fala, comunicam-

se também conteúdos implícitos. Em uma situação em que se enuncia “Você tem fogo?”, neste caso não se está simplesmente querendo saber se o interlocutor dispõe de um objeto com o qual se possa acender alguma coisa, mas pedindo que empreste esse objeto para que o cigarro seja aceso.

Conforme já mencionado, percebemos que o ponto de partida da pragmática foram os trabalhos de Austin e Grice e que a preocupação maior é com a linguagem em uso, o estudo da relação do usuário da linguagem e a sua dimensão discursiva. Isso se caracteriza pela prática que os sujeitos fazem da mesma, através de marcas linguísticas específicas. O sentido não está só no que é dito, mas também vai depender de certos elementos que fazem parte de outros contextos. Austin afirma que a teoria dos atos de fala pretende esclarecer a tese de Wittgenstein de que a significação das expressões linguísticas consiste em seu uso. Em virtude dos usos da linguagem, é importante uma sistematização para se poder captar as diferentes funções da linguagem humana. Essa ordenação dos usos da linguagem é efetuada a partir da pergunta: que se pode fazer com uma expressão linguística, ou seja, que é um ato de fala? Para Austin, um ato qualquer, mesmo o mais simples, é uma realidade complexa, pois contém muitas dimensões. É em virtude disso, que esta dissertação busca compreender os atos de fala, especificando os diferentes tipos de atos, porém direcionando a atenção para os atos ilocucionários, isto é, para a força ilocucionária, a qual é compreendida como sendo a intenção que está presente no discurso, sendo esta o foco deste trabalho.

A dissertação apresenta no primeiro capítulo os atos de fala de uma maneira mais geral. Para obter este entendimento, foram analisadas as concepções dos filósofos Austin, Searle e Grice para compreendermos quais são as semelhanças e as diferenças desses pensadores em relação aos atos de fala. No segundo capítulo,

parte central da dissertação, buscaremos definir o que é o ato ilocucionário, qual a sua importância para o estudo da língua, observando a intenção dos atos de fala. Já o terceiro capítulo, mostra as críticas que a teoria dos atos de fala sofreu, bem como quais foram as questões referentes a esse assunto que ficaram sem uma explicação convincente. Dessa maneira, esse capítulo busca sistematizar quais foram as lacunas que precisam ser esclarecidas em relação à teoria dos atos de fala.

1. UMA NOVA CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM A PARTIR DOS ATOS DE FALA

Os atos de fala são unidades de linguagem em uso e sua função é determinada pelo contexto. No que diz respeito à essa, não podemos dispensar uma apresentação da teoria de Austin. Ela é referência obrigatória de qualquer forma de pragmática da língua. É necessário destacarmos a relevância de Austin para os estudos relacionados à linguagem. Ele apresenta importantes contribuições com relação à visão performativa e pragmática do uso da língua. Com sua teoria houve um redimensionamento nos estudos linguísticos, marcando uma outra fase, em que passaram a ser considerados os fatores externos, isto é, o sujeito e as condições de produção na constituição dos enunciados. A partir disso, a linguagem passou a ser vista como não transparente. Com a teoria dos atos de fala, Austin mostrou uma nova concepção de linguagem, observando-a enquanto ação. É importante ressaltarmos que o filósofo Wittgenstein já se preocupava em dar um novo rumo ao tratamento do estudo da linguagem, fato que serviu de referência aos trabalhos de Austin. Assim, a linguagem passa a ter uma outra abordagem e uma nova visão a partir de *Investigações Filosóficas*, consolidando-se com o trabalho de Austin.

Essa passagem de uma concepção de linguagem a outra completamente distinta, aberta a diferentes interpretações, consolida-se com a abordagem performativa e pragmática de Austin, Searle e Grice, originando uma nova etapa nos estudos linguísticos, como um novo paradigma do estudo da linguagem, tanto para a filosofia contemporânea quanto para a linguística. Nesse sentido, essa seção do trabalho irá mostrar os entendimentos de Austin em relação aos atos de fala, bem como a sua definição em relação aos atos locucionários, ilocucionários e os perlocucionários. Na sequência, trataremos os entendimentos de Searle em relação

aos atos de fala. O mesmo traz a ideia dos atos de fala indiretos, da metáfora e da ironia como sendo uma forma de dizer algo indiretamente. E ao final do capítulo, destacaremos Grice com sua visão em relação às condições gerais que governam todo e qualquer ato da conversação humana. É a partir disso, que ele propõe formular sua teoria das implicaturas. Segundo ele, a questão central da comunicação é o reconhecimento, por parte do ouvinte, das intenções do falante. Seu trabalho oferece uma base teórica para o estudo dos implícitos, ou seja, do que está subentendido na conversação.

1.1 O que são atos de fala na visão de Austin?

Austin afirma que ao invés de voltar-se para noções abstratas, percebe que a análise dos advérbios é uma maneira de dar início aos seus estudos. Como exemplo, destaca os advérbios “voluntariamente”, “acidentalmente”, “deliberadamente”, entre outros por serem advérbios que qualificam ou determinam uma ação. Podemos perceber que o emprego desses advérbios revela as circunstâncias em que os mesmos são usados, os quais vão servir para que o falante possa justificar-se ou eximir-se da responsabilidade de seu ato. O método de Austin recorre a uma série de exemplos tirados não só da prática cotidiana do uso linguístico, como também de processos criminais em que alguém foi ou não responsabilizado por uma ação. Seu interesse volta-se às regras de uso da linguagem, pelo que se pode ou não dizer, levando-se em conta quando, como, por que e por quem determinadas expressões podem ser usadas e outras não. O ponto central de sua concepção é a ideia de que a linguagem deve ser tratada como uma forma de ação e não de representação da realidade, a condição de uso das proposições que determinam seu significado.

Muitas palavras quando inseridas em declarações são usadas para indicar as circunstâncias em que a declaração foi realizada. As sentenças declarativas são usadas para expressar proposições, descrever um estado de coisas, o que deveria ser feito de modo verdadeiro ou falso. Este tipo de expressão é denominada de constativa e é usada para expressar o mesmo significado. Nesse sentido, se observássemos os exemplos “Deixo meu carro no estacionamento todas as manhãs” e “I leave my car in the parking lot every morning”, verificaríamos que, mesmo expresso em línguas diferentes o significado permanece o mesmo. Essas situações, observadas anteriormente, são denominadas de proferimentos constativos, mostrando com isso que esse proferimento tem o mesmo significado, e é esse significado que dá entendimento à proposição. Segundo Austin, os proferimentos constativos servem apenas para constatar, ou descrever um estado de coisas, sem que com isso haja uma mudança na realidade que está sendo descrita. Já em relação ao proferimento performativo¹, Austin menciona que esse nome é um indicativo de ação. Para um melhor entendimento de suas palavras, é importante observarmos o uso do verbo “deixar” na sentença “Deixo minha fortuna para meu sobrinho”. Ao analisarmos a ocorrência do verbo “deixar”, percebemos que não apenas existe a afirmação do fato de deixar a fortuna para alguém, mas que ela está sendo deixada. Essa declaração é uma ação que está sendo realizada e este ato é caracterizado como performativo. O sujeito ao fazer uso desse verbo, está realizando uma ação e, portanto, acrescentando algo à realidade. Vejamos as próprias palavras de Austin, discorrendo sobre esse assunto:

(...) Muitos proferimentos que parecem declarações não têm, ou têm apenas em parte, o propósito de registrar ou transmitir informação direta acerca dos

¹ Austin explica que este nome é derivado do verbo “to perform”, que significa realizar alguma coisa, fazer uma ação.

fatos. Por exemplo, as “proposições éticas” talvez tenham propósito, no todo ou em parte, de manifestar emoção ou prescrever comportamento, ou influenciá-lo de modo especial (AUSTIN, 1990, p.22).

Austin se preocupa com quais os elementos que estão envolvidos no momento da realização dos eventos cerimoniais, como por exemplo, os de casamento e os de batizado. Segundo ele, como nós temos a garantia de ao utilizarmos o ato performativo, a ação tenha sido bem sucedida? Nesse sentido, introduz uma série de condições para que o ato tenha sucesso. Em uma situação de casamento não basta dizer “Eu vos declaro marido e mulher”, são necessários outros elementos para que o ato seja eficiente. O casamento é um evento cerimonial, aceito pela comunidade e que produz efeitos sobre ela. Nesse evento cerimonial é necessário que as circunstâncias em que as palavras forem proferidas sejam apropriadas. Também é importante que o próprio falante, ou outras pessoas realizem determinadas ações. Se considerarmos, por exemplo uma promessa, não podemos dizer que além de proferir palavras seja ela constituída de um ato interior e espiritual, porque esse é incontrolável, embora seria desejável que certos pensamentos, sentimentos e intenções estivessem presentes no ato de prometer. Dessa forma, “prometer” consiste simplesmente em dizer “Eu prometo” em circunstâncias adequadas, por pessoas conscientes, em voz alta, etc. Portanto, ao dizer “Eu prometo” não podemos dizer que o proferimento seja falso, mas, que, caso a promessa não se cumpra, ela foi feita em vão ou de má fé. Da mesma forma, ao proferir no casamento “Eu, Cleonice, aceito Dário como meu esposo”, ao dizer essas palavras não estaria relatando um casamento, mas sim estaria me casando. Podemos dizer que o momento do casamento precisa ser descrito como um ato de dizer certas palavras por pessoas adequadas em circunstâncias adequadas e de modo adequado. Além do proferimento das palavras chamadas performativas,

muitas outras coisas têm que ocorrer de maneira correta para confirmar que realizamos, com êxito, a nossa ação. Em tais casos não podemos dizer de modo geral, que o proferimento seja falso, mas malogrado, isto é, que não se realizou com sucesso.

Austin afirma que os atos performativos não se caracterizam como proposições. Esses atos são utilizados não para descrever ou relatar algo, mas para fazer, isto é, para realizar um ato. Por exemplo, ao proferir “Eu prometo que...” está pressuposta uma ação. Esses atos por serem realizados não estão sujeitos à verdade ou à falsidade, mas a condições de felicidade que explicam seu sucesso ou insucesso. Austin denomina a doutrina das coisas que podem ser malogradas, de doutrina das infelicidades. Em uma situação convencional, verificamos que existem diferenças consideráveis entre as diversas maneiras de um ato não se realizar. Uma das maneiras de observarmos a violação dessas regras é proferir fórmulas de eventos cerimoniais incorretamente. O não cumprimento de certas regras acarretará a não concretização do ato. Para entendermos o que foi dito, destacaremos as seis regras que devem ser satisfeitas, para que um evento cerimonial que envolva um proferimento performativo não seja malogrado:

(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que

(A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e

(B.2) completo.

(Γ.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,

(Γ.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente (AUSTIN, 1990, p.31).

Austin ressalta que o fato de um ato ser nulo ou sem efeito não significa que nada tenha sido feito, pelo contrário, muitas coisas podem ter sido realizadas. Entendemos que ao realizarmos ações, estamos sujeitos a deficiências, isto é, a infelicidades. Como podemos ver, as ações, em geral, são passíveis de serem executadas com dificuldade. Percebemos que os performativos, enquanto proferimentos, herdaram também outros tipos de males que acabam prejudicando o proferimento. Como exemplo, observamos um caso de proferimento performativo que será sempre nulo se dito por um ator no palco, ou se introduzido em um poema. Eles necessitam ser entendidos como ocorrências em circunstâncias ordinárias, e caso as condições não forem satisfeitas aparecerão dúvidas quanto ao fato de se ter realmente prometido, casado, batizado, etc, e, então, podemos considerar que o ato foi nulo.

Ao destacarmos os três atos diferenciados por Austin, temos por objetivo enfatizar que o objeto de estudo desta dissertação é a força ilocucionária e é por este motivo que expomos algumas observações em relação à teoria de Austin com a finalidade de compreendermos os atos de fala. A partir disso, podemos fazer a distinção em relação ao que Austin denomina de atos de fala. O ato de dizer algo é chamado de ato locucionário e constitui-se de outros três atos (o fonético, o fático e o rético), os quais foram por ele nomeados de ato locucionário. Os atos fonético e fático são da ordem do enunciado e se caracterizam pela produção de sons que constituem vocábulos de uma determinada língua, dispostos de acordo com a gramática. O ato rético é da ordem da enunciação e se caracteriza pela produção de enunciados com sentido e referência. A primeira dimensão da linguagem humana é a do agir. Ao utilizarmos a linguagem, estamos realizando ações. Podemos entender melhor essa definição, observando as próprias palavras de Austin:

Podemos considerar, sem insistir muito na elaboração de detalhes, que dizer algo é:

(A.a) sempre realizar o ato de proferir certos ruídos (ato “fonético”), sendo o proferimento um “phone²”;

(A.b) sempre realizar o ato de proferir certas palavras e vocábulos, isto é, ruídos de um determinado tipo, pertencendo a um determinado vocabulário e da maneira como pertencem a esse vocabulário; numa determinada construção, ou seja, de conformidade com uma determinada gramática e apenas quando se conformem a ela; com uma determinada entonação, etc. A este ato podemos chamar de ato “fático”, sendo o proferimento que dele resulta um “pheme³” (para distingui-lo do “pheneme” da teoria linguística); e (A.c) geralmente realizar o ato de usar esse “pheme” ou suas partes constituintes com um certo “sentido” mais ou menos determinado, e uma “referência” mais ou menos definida (que juntos equivalem a “significado”). A este ato podemos chamar de ato “rético”, sendo o proferimento que dele resulta um “rheme” (AUSTIN, 1990, p. 83-84).

Segundo Austin, o ato locucionário é apresentado como uma ação do locutor, a qual envolve uma significação. Produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a sua articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional. A esse ato de dizer algo, nomeamos de realização de um ato locucionário, e ao estudo dos proferimentos desse tipo, chamamos de estudo de locuções. Já o ato ilocucionário é usado para informar, para levantar uma questão, exprimir uma intenção, fazer um juízo, ou coisa dessa ordem. Esse ato é caracterizado como a realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o ato de promessa, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por “eu prometo...”, ou por outra realização linguística. De acordo com Austin, a linguagem tem muitas funções, e o ato ilocucionário significa a expressão de determinada função. É importante que façamos a distinção entre força ilocucionária e atos locucionários. Os atos locucionário e ilocucionário são apenas uma abstração, isto é, todo o ato linguístico genuíno está constituído por ambas as coisas de uma só vez. Outra dimensão do ato de fala que Austin tentou diferenciar, foi o ato perlocucionário. Este consiste em provocar por meio de expressões linguísticas

2 Provém do substantivo grego phoné significando som, voz, significando “aquilo que é dito”.

3 É oriundo do substantivo pheme significando igualmente “algo que é dito”.

certas consequências nos sentimentos, pensamentos e ações de outras pessoas. É o ato que produz resultados sobre o interlocutor. Tem a finalidade de exercer influência de uma forma determinada sobre outras pessoas. Caracteriza-se como sendo a produção de alguma consequência. O ato perlocucionário se realiza pelo fato de dizer algo. Para que ele se concretize é necessário que seu autor tenha tido a intenção de realizá-lo, isto é, de conseguir certas consequências. Austin deixa claro que os atos são realizados por meio da mesma expressão linguística, que não se trata de três atos distintos, mas de três dimensões do mesmo ato de fala. Estes atos estão sujeitos aos riscos que todas as ações estão sujeitas.

1.2 Atos de fala na visão de Searle

Searle traz discussões importantes em relação à teoria dos atos de fala. Através de sua visão, deixa contribuições à compreensão da linguagem. Assim como Austin, também direciona sua atenção ao uso da língua, percebendo a linguagem como ação. Queremos compreender, em sua teoria, qual é a sua visão em relação aos atos de fala, já que traz os atos indiretos, as metáforas e a ironia como sendo recursos linguísticos que podem ser usados para se dizer algo indiretamente.

Em relação aos atos de fala, destaca que existe o ato ilocucionário, ou seja, o ato de expressar uma intenção, porém ter uma intenção nunca é um ato de fala. Os casos mais simples de significação são aqueles em que o falante emite uma sentença e quer significar literalmente o que diz, como, por exemplo, quando o falante diz “Deixo meu carro no estacionamento todas as manhãs”. Neste caso, o falante tem a intenção de levar o ouvinte a reconhecer seu propósito, através do conhecimento que o mesmo tem das regras que governam a emissão da sentença.

O propósito do falante, nessa situação, é de fazer o ouvinte entender que o seu proferimento está mostrando, o sentido literal, ou seja, que ele deixa o carro no estacionamento todas as manhãs. Outro caso que podemos observar, é aquele em que o falante, ao emitir uma sentença quer significar o que diz, mas também quer significar algo mais. Como exemplo desta afirmação, apresentamos a situação em que o locutor diz “Você pode alcançar o sal?”. Neste caso, o que pretendemos é que não seja simplesmente uma pergunta, mas um pedido para que o sal seja passado. O proferimento não só quer emitir o que está dito, mas quer dizer algo a mais do que está posto, tendo a intenção de produzir esse conhecimento no ouvinte, levando o mesmo a reconhecer sua intenção. Para uma melhor compreensão, é importante a passagem que segue em que Searle diz:

Tais casos, em que a emissão tem duas forças ilocucionárias, devem ser claramente distinguidos dos casos em que, por exemplo, o falante diz ao ouvinte que quer que ele faça algo; e então o ouvinte o faz porque o falante assim o quer, embora absolutamente nenhum pedido tenha sido feito, significado ou compreendido. Os casos que discutiremos são casos de atos de fala indiretos, casos em que um ato ilocucionário é realizado indiretamente através da realização de um outro (SEARLE, 1995, p.48-49).

Sendo assim, os atos de fala indiretos são realizados indiretamente através de outros atos. Esses atos dizem respeito a condições de realização com sucesso dos atos de fala que costumam ser realizados indiretamente através das condições preparatórias, das condições de conteúdo proposicional, das condições de sinceridade e pelo fato de que seu uso consiste em indicar a satisfação de uma condição essencial por meio de uma asserção ou de uma pergunta. Em resumo, poderíamos dizer que o propósito dos atos de fala indiretos é comunicar ao ouvinte mais que o enunciado realmente quer dizer.

Cada tipo de ato ilocucionário tem um conjunto de condições necessárias para a realização eficiente do ato. Para concretizar esse ato, que consiste na

realização de fazer alguma coisa, é necessário perguntarmos se a condição preparatória é satisfeita e também se o ouvinte precisa dispor de algum meio para descobrir quando a emissão é apenas uma pergunta, ou um pedido. Nesse sentido, de acordo com Searle, duas características são fundamentais para sabermos se trata-se de um pedido ou de uma ordem. A primeira característica diz respeito à estratégia para estabelecer a existência de um propósito ilocucionário, que é o propósito primeiro, o qual opera com as informações do ouvinte e do falante. A segunda característica se refere a um procedimento para descobrir qual seja o propósito ilocucionário segundo, sendo derivado da teoria dos atos de fala. A partir disso, percebemos que há muitos casos em que alguns proferimentos, mesmo não tendo a intenção de serem pedidos, funcionam como pedidos. Essa compreensão só é possível através dos atos de fala indiretos.

Como podemos observar, o uso metafórico também é uma forma de dizer algo indiretamente, isto é, do que o falante poderia querer significar. Para que o falante possa comunicar-se, usando emissões metafóricas, é preciso haver princípios que o habilitem a significar mais, ou alguma coisa diferente, conhecidos pelo ouvinte que pode compreender o que o falante quer significar. Segundo Searle, o problema da teoria da metáfora é explicar como o significado do falante e o significado da sentença diferem e como estão relacionados. Esse problema diz respeito a sua significação, isto é, como se distinguem o significado do falante e o significado das sentenças e palavras.

(...) É um caso específico do problema de saber como é possível dizer uma coisa e querer significar algo diferente, em ocasiões em que alguém é bem-sucedido em comunicar o que quer significar, embora o falante e o ouvinte saibam que os significados das palavras emitidas pelo falante não expressam exata e literalmente o que ele quis significar. (...) Em cada um desses casos, o que o falante quer significar não é idêntico ao que a sentença significa. Aquilo que o falante quer significar vai depender do que a sentença significa e, mesmo assim, o que ele quer significar depende, de

várias maneiras, do que a sentença significa (SEARLE, 1995, p.122-123).

Percebemos que Searle fez algumas considerações em relação à metáfora, e a partir disso, compreendemos que o entendimento do significado de uma sentença é um dos problemas da metáfora. Ao contrário do significado metafórico, Searle destaca o significado literal das sentenças, que é determinado pelos significados de suas palavras e pelas regras sintáticas, que fazem a combinação dos elementos de uma sentença. Em alguns casos podem ocorrer dúvidas em relação ao sentido literal. Quando uma sentença apresentar ambiguidades, ela pode ter mais de um sentido literal. Vejamos o exemplo em que alguém diz a seguinte sentença “Passei a tarde toda sentada num banco”. Podemos verificar que essa sentença apresenta dois entendimentos, pelo uso da palavra “banco”. Um dos sentidos possíveis, é que a pessoa esteve a tarde toda sentada numa agência bancária, e o outro sentido é que a pessoa poderia estar sentada a tarde toda num banco de uma praça. Dessa forma, para compreendermos melhor o sentido literal de uma sentença, vejamos o que Searle tem a nos dizer:

O significado literal de um sentença deve ser cuidadosamente distinguido do que o falante quer significar quando emite a sentença para realizar um ato de fala, pois o significado da emissão do falante pode divergir do significado literal da sentença de várias maneiras (SEARLE, 1995, p.184).

Searle acredita ser importante esclarecer também elementos pertinentes à ironia, já que a mesma também consiste em dizer algo indiretamente. As emissões irônicas ocorrem quando o falante quer significar o oposto do que diz. Num primeiro momento, chegamos ao significado da emissão, passando pelo significado da sentença. Já num segundo momento, precisamos retroceder ao oposto do significado da sentença, para conseguirmos entender o que a mesma quer expressar. Observamos que os princípios de conversação e as regras gerais de

realização dos atos de fala são suficientes para promover os princípios básicos da ironia. Como exemplo, quando um sujeito diz ironicamente “Você é uma excelente pessoa”. Podemos, através dessa exemplificação, ver que o significado do falante e o significado do proferimento são diferentes. O que precisamos perguntar é como é possível compreender o que o falante quis dizer? Como resposta a essa pergunta, necessitamos nos reportar ao mecanismo de funcionamento da ironia, a qual consiste em que a emissão, se vista literalmente, não será adequada à situação. Essa adequação só vai ser possível caso entendermos que a sentença está significando algo oposto. Percebemos que a ironia não necessita de nenhuma convenção, já que conseguimos compreendê-la, observando que a realização dos atos de fala é suficiente para sua constituição.

Entendemos que o significado literal é independente do contexto. Searle enfatiza que o falante pode ignorar o significado da sentença ou expressão. Ao contrário do significado literal, como já dito anteriormente, podem ocorrer situações em que a sentença não coincide com o significado da emissão do falante, mostrando que o falante diz uma coisa, mas quer dizer o oposto, ou ainda quer dizer o que diz, mas também quer expressar algo a mais. Para entendermos melhor esta afirmação, podemos observar o exemplo que segue em que alguém diz “Você está fazendo uma bagunça”. Nesta situação, o que verificamos é que as intenções ilocucionárias incluem o significado da sentença que é emitida, mas vão além disso, pois o significado enunciado é que alguém está fazendo uma bagunça, e também solicitando que pare de fazê-la. Para entendermos o propósito de Searle, necessitamos compreender os dois tipos de atos ilocucionários, caracterizados por ele: o ato ilocucionário primário e o ato ilocucionário secundário. Aquele é realizado indiretamente através da realização do ato e este é caracterizado como sendo

qualquer aspecto que o falante expressa numa descrição definida. Dessa explicação, compreendemos que cada aspecto secundário deve corresponder a um aspecto primário. Isso podemos constatar no exemplo anterior, em que se diz diretamente que alguém está fazendo uma bagunça, e também se diz indiretamente que é para parar de realizá-la. Percebemos, então, que ocorre um ato ilocucionário primário e um secundário. Searle enfatiza que as intenções da comunicação serão bem-sucedidas se o ouvinte captar a intenção primária com base na audição da expressão que mostra a intenção secundária.

Assim, constatamos que em qualquer situação discursiva, há um falante, um ouvinte e um ato de fala sendo realizado. O que queremos destacar é que o propósito da linguagem é a comunicação e a unidade da comunicação humana pela linguagem é o ato de fala, do tipo chamado ato ilocucionário. Searle afirma que o problema de uma teoria da linguagem é descrever como se passa dos sons aos atos ilocucionários e destaca que o papel de uma teoria dos atos de fala numa gramática será bastante importante aos estudos da linguagem. A teoria dos atos de fala não é uma apêndice da teoria da linguagem, algo a ser consignado ao reino da pragmática, mas ocupará um lugar central na gramática, pois fornecerá o conjunto das regras de realização de atos ilocucionários.

1.3 A Teoria da Conversação de Grice e os atos de fala

Como visto, os questionamentos filosóficos na década de 60 foram destacados por uma disputa de ideias referentes aos conceitos que eram utilizados na análise da linguagem. Nessa discussão aparece Grice, que destacou dois grupos, de um lado os formalistas e de outro, os informalistas. Os formalistas, de um ponto de vista lógico, consideravam a linguagem sujeita a imperfeições, visto que

seus elementos de significação não possuíam símbolos formais. Os mesmos acreditavam que esses símbolos apresentavam vantagens à linguagem, sendo que a maneira mais eficiente de resolver esses problemas seria a construção de uma linguagem ideal. Ao contrário disso, os denominados informalistas criticavam a ideia de uma linguagem ideal. Entendiam que a compreensão de uma determinada sentença se dá através da análise da sua significação, pois há tipos de inferências que a lógica não consegue explicar.

Grice vê como questão relevante, para toda essa discussão, a análise das condições que gerenciam todo ato da conversação humana. E é a partir disso, que o mesmo formula sua teoria das implicaturas. Para ele, as intenções do falante precisam ser constatadas pelo ouvinte e esse reconhecimento é uma questão central na comunicação humana. É devido a isso que seu trabalho é relevante, pois seus estudos voltam-se às questões implícitas, do que está subentendido na conversação. Para Grice, a linguagem comunica mais do que está posto pelo enunciado, pois no momento da comunicação estão pressupostos conteúdos que estão implícitos, ou seja, elementos que não apenas dependem do linguístico como também do extralinguístico para produzirem sentidos. Acrescenta também que, nos proferimentos, os sujeitos utilizam regras constitutivas da comunicação, regras sem as quais a comunicação não ocorreria, pois para que ocorra a comunicação é necessário que alguns elementos sejam seguidos tais como: o assunto estar numa mesma direção, saber ser coerente, dar informações pertinentes àquele assunto, dar as informações de uma maneira esclarecida, entre outros. Vejamos a passagem abaixo, em que Ingrid Finger (1996) explica a ideia de Grice:

Observando que o que um falante diz (“says”) explicitamente em um proferimento pode ser distinto do que ele pretende dizer (“means”), Grice exige que sejamos capazes de explicar como é possível que, a partir de um

dado proferimento, seja comunicado muito mais do que é literalmente dito. (...) Assim, o significado do proferimento de uma sentença é dado pelo efeito que o falante quer produzir no ouvinte no momento em que a intenção daquele é reconhecida (FINGER, 1996, p.20).

Vemos assim, que Grice estabelece a diferença que há entre o que é dito e o que o falante quis dizer com o proferimento. Assim, o que é dito está ligado ao significado convencional das palavras e o que o falante quer dizer refere-se a intenção que ele tem de comunicar algo diferente do sentido literal. Esse conteúdo, que constitui o que o falante quis dizer, é chamado de implicatura. Segundo Grice, as implicaturas podem ser convencionais e conversacionais. As convencionais são utilizadas para expressar de uma forma indireta um certo significado e isso será realizado com o auxílio de uma determinada expressão linguística. Como exemplo, podemos observar a situação em que alguém diz: “Ele estuda, estuda, mas não consegue entender nada”. Ao analisarmos esse exemplo, percebemos que a expressão “mas” evidencia o lado negativo, porque o uso da conjunção adversativa “mas” enfatiza o que está expresso depois dela e, neste caso, o fato de a tal pessoa não conseguir entender nada. A partir disso, compreendemos que o uso da expressão “mas” pode gerar a implicatura de que a pessoa referida no exemplo apresenta pouca capacidade intelectual. Já as implicaturas conversacionais ocorrem não por causa do significado das expressões utilizadas, mas por causa do rompimento de regras conversacionais. Dentre essas regras, Grice (1982) salienta, primeiramente, o princípio que estabelece a conversação, isto é, requer o engajamento dos falantes na direção de um determinado assunto, que ele chamou de Princípio de Cooperação que se expressa da seguinte maneira:

(...) Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado (GRICE, 1982, p.86).

Grice quando analisa a circunstância da conversação, pretende reconstruir os princípios do uso eficiente da linguagem. Afirma que num diálogo as pessoas que fazem parte do discurso assumem um conjunto de normas para reger a conversação, que ele chamou de máximas conversacionais que são especificadas como máximas de quantidade, de qualidade, de relação e de modo. As máximas de *quantidade* estão relacionadas justamente com a quantidade de informações a serem fornecidas, isto é, precisamos fazer com que nossa contribuição seja tão informativa quanto o requerido e não fazê-la mais informativa do que é requerido. Já em relação à máxima da *qualidade*, Grice afirma que necessitamos dar uma contribuição que seja verdadeira, observando para não dizer aquilo que acreditamos ser falso e também não dizer algo para o qual não possamos fornecer evidência adequada. Na máxima da *relação*, precisamos saber ser relevante no momento da conversação, isto é, dar informações que sejam pertinentes ao assunto em que estamos engajados. Já na máxima de *modo*, entendemos que a mesma é relacionada não ao que é dito, mas sim como o que é dito deve ser dito. Nessa situação, é conveniente utilizarmos formas para que a linguagem se torne clara, evitando com isso obscuridades e ambiguidades nas expressões, tornando a enunciação a mais breve possível e apresentando uma estrutura conversacional adequada.

Compreendemos as implicaturas, percebendo que as mesmas se constituem no momento da conversação. Essas acontecem quando há deliberadamente o rompimento de uma das máximas, isto é, das máximas de qualidade, de quantidade, de relação ou de modo. Podemos observar a ocorrência de uma implicatura quando em uma situação de conversação um sujeito A emite a sentença “Estão acontecendo coisas na câmara dos deputados” e um sujeito B diz: “Políticos são

políticos”. Com esse exemplo, percebemos que houve o rompimento da máxima da quantidade, pois a informação dita pelo sujeito B foi em menor quantidade que a esperada pelo sujeito A. Com isso, entendemos que o sujeito B ao dizer esse tal enunciado, produziu uma implicatura de que os deputados são corruptos e desonestos. Portanto, podemos dizer que as implicaturas são percebidas quando há uma quebra de uma das máximas. Resumidamente, a implicatura é importante para a continuação da lógica do discurso, sem a mesma não ocorrerá uma continuação na conversação.

Numa situação de conversação, é relevante que levemos em conta alguns elementos que fazem parte das relações cooperativas, relações essas denominadas de Princípio de Cooperação. A partir disso, precisamos observar as distinções entre as relações cooperativas, considerando que os participantes têm algum objetivo imediato comum. É preciso que os sujeitos se identifiquem, mesmo que por algum tempo, com os interesses conversacionais do outro e as contribuições dos participantes precisam ser encadeadas e dependentes. Destacamos que um participante de uma determinada situação conversacional pode deixar de cumprir uma máxima quando se posicionar fora da esfera de atuação tanto das máximas quanto do Princípio de Cooperação. É importante percebermos que uma determinada implicatura conversacional se faz presente em uma situação enunciativa. Também é necessário que o ouvinte utilize como elementos o significado convencional das palavras usadas, o Princípio de Cooperação e suas máximas, o contexto linguístico ou extralinguístico da enunciação. Grice traz um exemplo em relação a uma situação conversacional, mostrando um caso em que nenhuma máxima é violada. Numa situação em que um sujeito não consegue entrar em sua casa, devido a um problema na fechadura da porta e diz: “Não consigo

entrar em casa” e dele se aproxima um outro sujeito e afirma: “Há um chaveiro na próxima rua”. A interpretação que se poderia fazer é que o sujeito B estaria infringindo a máxima “Seja relevante”. Mas o mesmo não está infringindo, pois ele implicitou, através de sua enunciação, que o chaveiro poderia solucionar o problema. Nesse exemplo, a conexão estabelecida entre o diálogo apresenta algo óbvio, de ser claro na resposta, parecendo com isso que nenhuma máxima tenha sido violada.

Como Searle, Grice também percebe que a ironia é utilizada como uma forma indireta de dizer alguma coisa, sem se responsabilizar pelo discurso que está emitindo. A metáfora é usada como um processo de comunicação feito indiretamente, permitindo com isso, que o ouvinte não compreenda a real intenção do discurso produzido. Para uma compreensão mais adequada em relação à estrutura da metáfora, podemos observar uma situação em que o sujeito diz: “Você é o açúcar do meu café”, o significado deste diálogo apresenta-se contraditório do que o falante fingiu dizer. O que percebemos é que o falante está atribuindo ao seu ouvinte algum traço pelo qual o ouvinte se assemelha à substância mencionada, isto é, utilizou esse discurso para ter uma aproximação mais adequada com a mensagem que desejava enfatizar através desse diálogo. Para preservarmos a suposição do jogo conversacional, necessitamos que aquilo que for comunicado seja feito de uma maneira adequada. Numa visão mais geral, a presença de uma implicatura conversacional pressupõe um conhecimento inicial da força convencional da expressão.

2. A IMPORTÂNCIA DA INTENÇÃO DOS ATOS DE FALA PARA A LINGUAGEM

Quando falamos em uma determinada situação de comunicação, estamos tentando transmitir certas coisas ao nosso ouvinte, fazendo com que ele reconheça a nossa intenção. A identificação da intenção por parte do ouvinte é que garante que o proferimento foi compreendido. Podemos perceber que o interlocutor vai entender o que estamos dizendo quando reconhecer a nossa intenção. Diante disso, é preciso elucidar essa questão, mostrando a intenção, esta também denominada de força ilocucionária, que está presente nos atos de fala, e de que maneira esta força pode ser verificada numa determinada situação de enunciação.

Austin, quando se refere ao ato locucionário, afirma que ao realizar um ato desse tipo estamos executando um ato ilocucionário. Para determinarmos se o ato ilocucionário é realizado, temos que determinar de que forma usamos a locução. Percebemos que no momento em que utilizamos uma determinada locução, necessitamos considerar alguns fatores, tais como: perguntar ou responder a uma pergunta, dar alguma informação, anunciar uma intenção, pronunciar uma sentença, marcar um compromisso, fazer um apelo ou uma crítica. Quando realizamos um ato locucionário, ato de dizer alguma coisa, utilizamos a fala para efetuar essa ação. Porém, um questionamento que nos vem a mente é: de que maneira precisamos usar a fala para expressar o que desejamos? Para responder a esse questionamento, precisamos entender que há inúmeras funções ou maneiras de utilizarmos a fala, e essas formas de usar a linguagem é que fazem a diferença no ato de fala, produzindo determinados sentidos. Num proferimento é importante saber se estamos advertindo, sugerindo, prometendo, anunciando uma vaga intenção ou, na realidade, ordenando. Nesse sentido, o que interessa para Austin é a doutrina dos diferentes tipos de função da linguagem, que ele nomeia de doutrina

das forças ilocucionárias.

Constatamos que a circunstância de um proferimento tem importância para a compreensão da força ilocucionária. Verificamos que há diferentes usos da linguagem ou usos de uma sentença. Entendemos que ato locucionário diz respeito ao uso, relaciona-se com a expressão do ato. Já o ato ilocucionário é caracterizado como sendo a intenção que fica implícita no ato locucionário. Ao realizarmos um ato locucionário, e assim um ato ilocucionário, também se pode realizar um ato de outro tipo denominado de ato perlocucionário, o qual é visto como sendo a produção de certas consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes. Essas consequências são resultados, que não incluem efeitos convencionais. Para compreendermos melhor, podemos observar o uso dos verbos argumentar, advertir, convencer, alarmar, e outros que, se forem utilizados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa não obtêm o efeito esperado pelo verbo. Assim, não conseguimos, por exemplo, ofender alguém apenas proferindo “Eu te ofendo”. Todavia podemos ofender alguém pelo fato de ter dito algo e é isso que se chama de ato perlocucionário. Aqui vemos claramente a explicação de ato ilocucionário e perlocucionário, ao dizer: “Eu pergunto que horas são” o falante está fazendo a pergunta, e isso descreve o ato ilocucionário, ao passo que, não se obtém efeito, como já foi dito, ao dizer “Eu te ofendo”. O próprio Austin mostrou essa distinção:

(...) Assim, podemos dizer “Argumento que” ou “Advirto-o de que”, mas não podemos dizer “Eu convenço você que” ou “Eu alarmo você que”. Além disso, podemos tornar totalmente claro o fato de estar alguém argumentando ou não sem tocar na questão de a pessoa estar ou não convencendo alguém. Para ir mais além, esclareçamos de uma vez por todas que a expressão “uso da linguagem” pode cobrir outros assuntos até mais diversos do que atos ilocucionários e perlocucionários. Por exemplo, podemos falar do “uso da linguagem” para alguma coisa, como, por exemplo, para piadas; e podemos usar “ao” de um modo diferente do “ao” ilocucionário, como quando dizemos “ao dizer p estava brincando” ou “desempenhando um papel” ou “fazendo poesia” (AUSTIN, 1975, p. 91).

É importante observarmos que o ato ilocucionário é um ato convencional, por exemplo, compreendemos que “Saia daqui” tem a força de uma ordem, porque usamos imperativos para dar ordens (e também para outras coisas). Assim, compreender a linguagem consiste em entender essas forças ilocucionárias. Mas no que se refere aos atos perlocucionários, precisamos saber que existe diferenciação no que diz respeito ao ato de fazer alguma coisa, e ao ato de tentar fazer alguma coisa. Precisamos diferenciar, por exemplo, os casos em que prevenimos alguém de algum mal e então realizamos alguma coisa, e o ato de tentar prevenir alguém. Diante disso, constatamos que para compreendermos os atos perlocucionários também temos que nos lembrar da distinção entre produzir efeitos que são intencionais, isto é, quando o falante quer agir sobre o interlocutor pode ou não obter êxito, e os casos em que o falante não tem o propósito de causar tal efeito, mas mesmo assim esse efeito pode ser produzido. Para exemplificar, podemos supor uma longa argumentação de um promotor para convencer o júri de que o réu é culpado. Nesse caso, pode haver ou não êxito, mas pode ocorrer também que tendo usado uma expressão de cunho machista, ele tenha ofendido as mulheres sem ter a intenção de fazer.

É importante observarmos que existem dificuldades em relação à distinção entre atos ilocucionários e atos perlocucionários. Ao voltarmos a nossa atenção aos atos de fala, compreendemos o ato perlocucionário como uma ação pelo fato de que algo foi proferido. Dessa maneira, é que temos que separar bem a ação que realizamos ao dizer algo, do efeito que produzimos por dizer alguma coisa. As consequências por dizer algo nomeamos de perlocucionários, as quais são resultados que conseguimos com nossos atos. Ao contrário dos atos perlocucionários, os atos ilocucionários fazem referência às convenções de força

ilocucionária, as quais estão relacionadas com as circunstâncias em que o proferimento é emitido. Resumidamente, o objetivo do ato ilocucionário é tornar compreensível a força ilocucionária, assegurando assim sua apreensão. Mas, afinal, qual é a dificuldade em diferenciar o ato ilocucionário do ato perlocucionário? A dificuldade que há é em relação à intenção, pois ambos apresentam uma intenção. Para explicar essa situação, destacamos que a intenção que está presente nos atos ilocucionários diz respeito a força ilocucionária, isto é, se a força representa uma ordem, um pedido, uma afirmação ou uma pergunta, a qual podemos visualizar através das formas como são ditos os proferimentos e também observando as marcas linguísticas presentes. Já a intenção que está presente nos atos perlocucionários diz respeito a vontade do falante em alterar a emoção, os pensamentos, os comportamentos e a vontade do ouvinte. Podemos verificar um exemplo em que alguém diz em uma situação de desavença “Você é muito queridinha”. Neste caso notamos que há uma intenção ilocucionária de afirmar alguma coisa e ao mesmo tempo há uma força perlocucionária de ofensa, pois a forma como foi dito o proferimento mexeu com os sentimentos da pessoa ofendida.

O mais importante em relação aos atos perlocucionários é que não há dúvidas de que conseguiremos respostas por meios inteiramente não convencionais, isto é, podemos dizer alguma coisa que seja interpretada como agressão, sem que tenha sido dito nada com significado de agressão, como verificamos no exemplo que segue, em que um apresentador afirma o seguinte: “Daqui a pouco eu chamo a Patrícia. Ela é minha amiga. Ela espera um pouquinho. Ela demorou nove meses para nascer.” Ao contrário dessa ideia, os atos ilocucionários são realizados por meios convencionais, facilitando com isso a nossa compreensão. Ao nos referirmos aos atos ilocucionários, temos o entendimento que estes têm uma certa força, que é

depreendida das formas linguísticas que são utilizadas ao dizer algo. Para melhor compreensão dos três atos de fala, os atos locucionários, os ilocucionários e os perlocucionários, podemos fazer o seguinte esquema: suponha p como o proferimento “Eu quero o dinheiro até amanhã, caso contrário entrarei na justiça”. Nesta situação, S disse p (ato locucionário) e **ao** dizer p tinha uma intenção de afirmar (ato ilocucionário) e **por** dizer produziu uma consequência de ameaça (ato perlocucionário).

O que necessitamos distinguir entre atos locucionários e atos ilocucionários e com relação a cada tipo de ato ilocucionário, (advertências, estimativas, vereditos, declarações e descrições) é a maneira específica em que pretendemos realizá-los, para saber se estão certos ou errados e o que eles significam. É importante observarmos que os atos locucionários, bem como os atos ilocucionários são apenas abstrações, que são depreendidas quando se diz alguma coisa. Ao realizarmos um determinado proferimento, pode ocorrer que o ouvinte não compreenda o sentido que é produzido com tais atos, mas mesmo assim os atos são realizados, tanto o ato locucionário como o ilocucionário. Vejamos as próprias ideias de Austin:

(...) Gostaria de sugerir, em particular, as seguintes conclusões: (A) O ato de fala total na situação de fala total é o único fenômeno que, em última instância, estamos procurando elucidar. (B) Declarar, descrever, etc, são apenas dois nomes, dentre muitos, que designam atos ilocucionários; não ocupam uma posição sui generis. (C) Em particular, não ocupam uma posição sui generis quanto a estarem relacionados aos fatos da forma sui generis chamada verdadeira ou falsa, porque a verdade e a falsidade não são (exceto por meio de uma abstração artificial sempre possível e legítima para certos propósitos) nomes de relações, qualidades, ou o que seja, mas sim da dimensão de apreciação de como as palavras se situam quanto à sua adequação aos fatos, eventos, situações, etc, a que se referem (1975, p.121-122).

Austin diz que, embora necessitássemos de uma lista de verbos performativos, o que precisamos de fato é uma lista das forças ilocucionárias de um

proferimento. Percebemos que há razões para supor que os testes sugeridos para identificar os verbos performativos explícitos, isto é, utilizá-los na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa, cuja consequência é fazer algo, dão melhores resultados para identificar aqueles verbos que explicitam a força ilocucionária de um proferimento, ou mostram qual é o ato ilocucionário que estamos realizando ao emití-lo. Dessa maneira, podemos ver que Austin denominou cinco classes de força ilocucionária, são elas; as vereditivas, as exercitivas, as comissivas, as comportamentais e as expositivas. Diante disso, é que essas cinco forças ilocucionárias serão explicadas no decorrer do texto.

Começamos explicando as forças vereditivas, que se caracterizam por dar um veredito que é dado, como por exemplo, por um corpo de jurados, por um árbitro, ou por um desempatador. As mesmas consistem em emitir um juízo, oficial ou extra-oficial, sobre evidências ou razões quanto ao valor ou ao fato, na medida em que são passíveis de distinção. Essas forças têm conexões com a verdade e a falsidade em relação ao fundamento ou falta de fundamento, à justiça ou injustiça, e assim por diante. Portanto, podemos notar que o conteúdo de um veredito é verdadeiro ou falso. Ainda em relação as forças ilocucionárias vereditivas constatamos que as mesmas têm efeito sobre nós mesmos e sobre os demais. Ao emitirmos essa força, esta ação nos compromete a uma certa conduta futura. O uso de uma força vereditiva pode nos comprometer em aderirmos a algo, ou ainda a apoiar alguém ou a sair em sua defesa, e coisas desse tipo. Assim, constatamos que as forças ilocucionárias vereditivas nos comprometem a ações de duas maneiras. A primeira maneira é em relação à realização de ações que são necessárias para sustentar nosso veredito e ser coerente com ele. Já a segunda, compromete-nos a realizar as ações que podem ser consequências de um veredito ou estar incluídas nelas.

Em relação as forças exercitivas, compreendemos que elas constituem o exercício de poderes, direitos ou influências. Observamos as forças ilocucionárias exercitivas através dos verbos designar, votar, ordenar, instar, aconselhar, avisar. Elas nos comprometem com as consequências de um ato, como ocorre quando se dá um nome. Essas forças consistem em tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação. Nessa situação, precisamos decidir que algo tem de ser de determinada maneira, em oposição a uma estimativa de que seja assim. Os verbos considerar, interpretar podem constituir forças exercitivas quando constituem atos oficiais. Os contextos típicos em que examinamos o uso dessas forças são em situações de nomeações de funcionários ou empregados, candidaturas, eleições, admissões, renúncias, demissões e reuniões. Muitas forças exercitivas expressadas pelos verbos desafiar, protestar, aprovar estão estreitamente ligadas às forças ilocucionárias comportamentais, podendo consistir na adoção de uma atitude ou na realização de um ato.

Ao que diz respeito às forças ilocucionárias comissivas, é importante percebermos que as declarações de intenção diferem dos compromissos assumidos. Como exemplificação para compreendermos melhor essa ideia, precisamos fazer a distinção se a intenção de prometer é realmente prometer. Podemos em alguns casos declarar que temos uma intenção, mas também declarar ou expressar ou anunciar a nossa intenção. Quando declaramos nossa intenção, isso nos compromete, e portanto, temos a intenção, equivalente a declará-la ou anunciá-la. Essa distinção também verificamos com os verbos instar e ordenar. Também essas forças caracterizam-se por prometer ou de alguma forma assumir algo. Ao serem proferidas, comprometem a pessoa a fazer algo, mas incluem também declarações ou anúncios de intenção, que não constituem promessas e

incluem também coisas um tanto vagas que podemos chamar de adesões, como, por exemplo, tomar partido. Assim, entendemos que as forças ilocucionárias comissivas possuem conexões tanto com as forças veriditivas quanto com as exercitivas.

As forças ilocucionárias comportamentais constituem um grupo muito heterogêneo e têm a ver com atitudes e com o comportamento social. Nesse caso, para visualizarmos essas mesmas forças, precisamos observar os verbos nas expressões pedir desculpas, felicitar, elogiar, dar os pêsames, maldizer e desafiar. Existem conexões entre declarar e descrever quais são os nossos sentimentos, e também quais são as formas que podemos utilizar para expressá-los. Com essas forças comportamentais, além do risco comum das infelicidades, há uma oportunidade bastante grande para a insinceridade. Observamos que as forças ilocucionárias comportamentais fazem conexões com as forças comissivas. Entendemos essas conexões, ao percebermos que os verbos elogiar ou apoiar podem ser usados tanto para reagir diante da conduta alheia quanto comprometer-se com uma linha de conduta. Verificamos também, que existe uma estreita ligação entre as forças comportamentais e as forças exercitivas. Para visualizarmos melhor essa explicação, necessitamos ver que o verbo aprovar pode ser compreendido como sendo um exercício de autoridade ou uma reação diante da conduta de alguém.

Por fim, Austin acrescenta as forças expositivas. As mesmas esclarecem o modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversa, ao modo como estamos usando as palavras. Essas forças são usadas para apresentar uma exposição e alguns verbos podem auxiliar nessa situação, são eles; contestar, argumentar, conceder, exemplificar e postular. As

forças expositivas são usadas nos atos de exposição e consistem em expressar opiniões, conduzir debates e esclarecer usos. Quando falamos dessas forças, podemos discutir também se não são descrições simples e diretas de nossos sentimentos, em relação à situação em que se trata de ajustar a palavra à ação.

Essas cinco classes de forças ilocucionárias constituem as intenções subjacentes aos atos de fala, e subsumem tudo aquilo que o falante poderia pretender dizer ao proferir algo. Assim, poderíamos resumir essas forças, seguindo Austin:

Podemos dizer que o vereditivo é um exercício de julgamento, o exercitativo é uma afirmação de influência ou exercício de poder, o comissivo é assumir uma obrigação ou declarar uma intenção, o comportamental é a adoção de uma atitude e o expositivo é o esclarecimento de razões, argumentos e comunicações (1990, p.131).

Segundo Austin, o ato ilocucionário se realiza quando o locutor profere uma frase. O ato realizado subjaz o proferimento posto que a própria sentença contém sua realização. Esse tipo de ato, ao mesmo tempo que é intencional, tem a força de declarar, afirmar, etc, é também convencional, no sentido em que a força é apreendida através da forma linguística utilizada, possibilitando seu sucesso ou seu fracasso. Embora os atos ilocucionários tenham seus representantes ideais nos verbos performativos (condenar, demitir, decidir) não é necessária a presença desses verbos na estrutura superficial da enunciação para que se configure um ato de fala com sucesso. Mesmo verbos constatativos ou descritivos, um simples cumprimento, “olá”, ou um aviso, “cuidado” podem ser dotados de força ilocucionária e podem realizar um ato de fala. Para a construção de um ato ilocucionário é necessário executá-lo de acordo com regras. Nesse sentido, a estrutura semântica de uma língua pode ser vista como uma realização convencional de um conjunto de regras constitutivas subjacentes, e os atos de fala são executados pela enunciação

de expressões formadas de acordo com esse conjunto de regras.

Em relação aos atos ilocucionários, é necessário admitir que só conseguimos nos comunicar com alguém, na exata medida, quando ele reconhece nossa intenção de nos comunicarmos. O entendimento da intenção de um determinado proferimento só pode ter lugar no interlocutor, através das regras que estabelecem convencionalmente o significado e a força da frase utilizada pelo locutor. Essas regras não são apenas convenções sintáticas e semânticas, mas gozam do caráter constitutivo dos sistemas convencionados em um dado meio e estipulam as condições de sucesso de um ato de fala. Conforme Searle, as forças ilocucionárias ocupam diferentes posições em um único contínuo de força. De uma certa forma, podemos definir a força ilocucionária, que está contida no enunciado, como sendo o modo ou o objetivo em que o enunciado é proferido. A ideia central é entendermos que o que possibilita interpretarmos o sentido de um proferimento é conhecermos as principais inferências que estão ligadas a ele. Dessa forma, conseguiremos diferenciar o sentido que está por trás de um ato não somente pela força que está implícita, mas também através da maneira com que esse ato é proferido.

Um dos questionamentos diz respeito a: qual é a função do tom para a produção de sentido? Devemos entender que o tom tem a função de comunicar aquelas intenções dos falantes que não se podem reduzir ao conteúdo explícito, mas dependem da relação do falante com as circunstâncias. Nas diferenças de tom se revelam diferenças nas atitudes dos falantes e são ditas coisas que se quer dar a entender, mas não se dizem claramente. Vejamos os exemplos que seguem: “Aquele cão latiu a noite inteira” e “Aquele vira-lata latiu a noite inteira”. Com esses exemplos, percebemos que ambos têm o mesmo conteúdo literal, mas se

diferenciam em relação a sua intenção. No primeiro caso, podemos depreender que se trata de uma simples declaração, ao passo que no segundo entendemos a intenção de uma reclamação. O que devemos atentar é que nem sempre o conteúdo literal daquilo que dizemos corresponde ao que pretendemos dar a entender. A enunciação demonstra, muitas vezes, algo a mais do que um pensamento, mostrando a força que vai além do mero conteúdo cognitivo do enunciado. Notamos, com os exemplos anteriores, que uma simples sequência de palavras de um enunciado não é suficiente para expressar um pensamento, são necessários que outros elementos estejam envolvidos, como por exemplo, aspectos temporais, circunstâncias concomitantes dadas pelo contexto e também pelas intenções dos falantes. A partir do que foi exposto acima, compreendemos que o pensamento depende das situações ocasionais e das relações entre os falantes.

Podemos perceber que em algumas situações de proferimentos nossos atos podem ser coisas que de fato não fizemos, no sentido em que os realizamos à força ou de algum outro modo semelhante. Temos a ideia de que um ato é uma coisa física de forma definida que realizamos, e que se diferencia das convenções e das consequências. O que, muitas vezes, não verificamos é que o ato ilocucionário e até mesmo o ato locucionário podem estar ligados a convenções. A expressão “um ato” não está usada, de modo algum, para aludir apenas ao ato físico mínimo, mas uma gama extensa do que se poderia chamar de consequências do ato. O que observamos é que existem algumas dificuldades para determinar se um proferimento é ou não performativo, isto é, considerar em quantos sentidos podemos afirmar que dizer algo é fazer algo, ou que ao dizermos algo estamos fazendo algo, ou mesmo que por dizer alguma coisa fazemos algo. Quando realizamos um determinado proferimento, precisamos compreender que ao estarmos executando-o,

estamos realizando um conjunto de coisas, e em muitos casos nem temos em nossa mente que estamos fazendo algo.

Para entendermos melhor os atos ilocucionários, devemos levar em consideração, por um lado, os aspectos sociais e convencionais de uma parte e, por outro lado, os aspectos individuais, ligados às intenções dos falantes. No caso de uma promessa, por exemplo, mesmo não tendo a intenção de manter a palavra, ainda assim a promessa não é nula e teremos de responder pela promessa feita. Mesmo que não apresente a vontade de cumprir a promessa, ainda assim o falante se compromete com o dito, já que nenhuma regra convencional foi violada. O que aconteceu foi que a pessoa faltou com a sinceridade. Violar convenções acarretará a nulidade do ato, e, é, portanto, mais grave que faltar com a sinceridade. Quando fazemos uma promessa, por exemplo, não estamos fazendo somente um ato interno, mas uma ação pública e social que nos compromete com o interlocutor. Ao dizermos “Eu prometo” depreendemos a força ilocucionária de prometer. Searle esclarece essa força ao dizer:

(...) “Eu prometo” é o mais forte dentre os procedimentos indicadores de força ilocucional para comprometimentos que a língua proporciona. Por essa razão usamos frequentemente essa expressão na execução de actos de fala que não são propriamente promessas, mas nas quais queremos enfatizar o grau do nosso comprometimento (SEARLE, 1981, p.79).

Para Austin, todo proferimento é sempre emitido com uma determinada força e o ato ilocucionário se refere aos aspectos convencionais. Searle, entretanto analisa um problema que parece um contra-exemplo da teoria austiniana da força ilocucionária convencional. Em situações em que são proferidas as perguntas “Sabe que horas são?” ou “Pode me passar o sal?”, podemos perceber que não se exige uma resposta direta à pergunta. A partir disso, um questionamento precisa ser feito: afinal, que tipo de força têm essas perguntas? Para responder a essa questão, não

podemos negar que tenham a força de um pergunta, mas que também desempenham a função de pedidos. Segundo Searle, essas perguntas constituem atos linguísticos indiretos e comportam assim, uma força indireta. As mesmas fornecem condições preparatórias para que possamos desencadear uma ação. Dessa maneira, é que entendemos que os atos ilocucionários são usados em proferimentos que sugerem algo implícito e indireto. E para que consigamos explicar a linguagem e o significado é preciso levarmos em conta a intenção que está por trás de cada proferimento.

Austin manteve seu olhar na intenção do falante. Nesse sentido, deu importância à convenção, ao definir a ação linguística e o significado. Como Austin, também Grice direciona seu interesse à intenção e entende o significado como algo que deriva da intenção do falante. Para Grice, quando um falante diz alguma coisa ele quer que o ouvinte identifique sua intenção, isto é, ele quer que o ouvinte reconheça aquilo que ele quis dizer. Por isso, quando o falante rompe propositalmente regras conversacionais, ele o faz de modo que o ouvinte compreenda esse rompimento proposital e busque aquilo que ele queria dizer, conforme foi visto na explicação das implicaturas. Assim, Grice nos diz: “A significação convencional das palavras usadas determinará o que é implicado, além de socorrer-nos na determinação do que é dito” (1982, p.85).

Podemos perceber, com as ideias de Grice, que o significado do falante depende das intenções, estando elas ligadas aos processos mentais do falante. O significado também vai depender das convenções, que se consolidam socialmente dada a convergência dos significados dos falantes. A intenção é importante na produção do discurso, bem como o significado depende da intenção e dos processos mentais. As intenções dos falantes direcionam a escolha das expressões

linguísticas, que expressam determinado sentido e também a escolha do tom para facilitar a compreensão do conteúdo. Como mencionado, o tom demonstra aquilo que, apesar de não ser explicitamente dito, se dá a entender. Podemos afirmar que a ideia de dizer algo indiretamente está bem representada na teoria de Grice, quando ele sugere que devemos prestar atenção ao conceito de implicatura. Compreendemos como implicatura, aquilo que é entendido na conversação. É importante observarmos que o que se afirma é caracterizado como sendo o explícito ou o significado literal e o que se dá a entender é o implícito ou o significado entendido.

O que não podemos esquecer é que as coisas são feitas por meio de nossos proferimentos, e o uso da linguagem é tão imprevisível quanto a ação humana, pois um proferimento é, ele próprio, um ato. A questão não é simplesmente que a fala esteja relacionada à ação, mas que a própria fala é uma ação. Essa ideia foi elaborada por Austin, quando desenvolveu sua abordagem performativa diferentemente de como pensava a tradição filosófica, em que apenas as condições de verdade de uma proposição eram relevantes. Enquanto atos locucionários têm por objetivo a verdade, parece claro que a verdade não é o valor central para a avaliação de nossos atos ilocucionários. Quando nos referimos aos atos ilocucionários dá a impressão de que a verdade e a falsidade não parecem estar em evidência, já que o objetivo desses atos consiste na execução satisfatória de um ato, a realização bem sucedida de uma ação por intermédio da linguagem.

Em relação às forças ilocucionárias, que estão presentes nos proferimentos, Austin nos diz que para que as palavras que proferimos tenham a força apropriada que desejamos e desempenhem as ações devidas, toda uma estrutura deve estar em funcionamento. Também rejeita a ideia de que o que é necessário para que

nossas palavras tenham uma força performativa e sejam capazes de realizar um ato ilocucionário, seja algum elemento extra que esteja por trás das palavras. É importante lembrarmos, como foi explicado no capítulo anterior, que uma promessa não sincera é ainda uma promessa. Também entendemos que existem condições que precisam ser cumpridas para que uma promessa obtenha sucesso. Alguns elementos tais como a sinceridade, a intenção ou a predisposição necessitam ser levados em conta no momento de um compromisso assumido. Para Austin, a condição de sinceridade é imanente à prática de promessas. Isto parece mostrar-nos que o que mantém a força normativa da linguagem é a capacidade responsiva dos agentes linguísticos. Com a passagem abaixo, compreendemos melhor o que o filósofo estava pensando:

(...) Devemos considerar de modo global a situação em que se fez o proferimento – isto é, o ato de fala em sua totalidade – para que se possa perceber o paralelismo que há entre a declaração e o proferimento performativo, e como um ou outro podem dar errado (1990, p.56).

Searle também traz contribuições importantes ao estabelecer uma diferenciação em relação às regras de atos de fala. Segundo ele, existem as regras constitutivas, que são aquelas que apresentam condições necessárias para a produção performativa de um ato ilocucionário, sem as quais o ato não se realiza. Já as regras reguladoras são normas para que o sucesso seja atingido, o que nos permite medir o grau de sucesso performativo. A distinção de Searle entre as regras constitutivas e as reguladoras visa explicar e fundamentar a distinção entre faltas de sucesso. Um caso especial de falta de sucesso ocorre quando o ato ilocucionário é realizado, mas mostra ser apenas uma brincadeira. Mesmo que concordemos que tais violações deveriam tornar nulo o ato, podemos considerá-lo, pois ao ser socialmente aceito, adquire realidade social e pode produzir efeitos na vida real. Isso mostra que a questão de anular ou de declarar não válido um ato ilocucionário

aceito, que já produziu efeitos sociais, não é tão fácil quanto possa parecer; vejamos a citação:

(...) Uma promessa será defeituosa se a realização da coisa prometida não é desejada por aquele a quem se promete; e é mais defeituosa ainda se aquele que promete não acredita que o interlocutor deseja a realização da promessa, pois uma promessa não defeituosa deve ser vista como uma promessa e não como uma ameaça ou aviso (SEARLE, 1981, p.78).

Austin salientou que somente o sujeito pode realizar o ato em questão por meio de seu próprio proferimento. Porém, esta realização desempenhada por outras pessoas pode ser recriada, mas não transferida pelo falante. Por exemplo, ninguém pode fazer uma promessa em seu lugar, pois os atos propriamente ditos têm de ser atualizados pelas pessoas que fazem as promessas. Austin chama a atenção para outros modos performativos que são usados para indicar ações linguísticas. Como exemplo, podemos observar o caso dos imperativos que são usados para dar ordens e os interrogativos para fazer perguntas. “Feche a porta” é uma ordem, tanto quanto “Eu ordeno que você feche a porta”. Podemos ver que na situação imperativa, temos um proferimento performativo, porém não temos o verbo performativo (ordenar) que torne explícito o tipo de ato ilocucionário que a locução realiza. Como exposto anteriormente, as situações interrogativas são utilizadas para fazer perguntas. Vejamos os seguintes casos: “Você leu os *Lusíadas*?” e “Eu pergunto se você leu os *Lusíadas*”. Para entendermos esses dois casos, precisamos perceber que na primeira situação não aparece explicitamente o verbo performativo (perguntar), ao contrário da segunda situação. O que observamos é que com a ausência dos verbos performativos fica difícil entendermos qual é a força que há por trás de determinados proferimentos.

Como sabemos a força de um ato de fala e sua função de comunicação? Podemos saber o que um ato de fala objetiva fazer? Estes são questionamentos que

precisam ser feitos, pois ficamos, muitas vezes, com dúvidas a este respeito. Em alguns casos, não sabemos com precisão o que o ato de fala está tentando realizar, assim como, algumas vezes, não entendemos a força ilocucionária de algumas frases, a qual permanece vaga e sem interpretação. Já em outros casos, a resposta a estes questionamentos parecem mais claros, pois a força ilocucionária é precisamente transparente na frase. Em certas ocasiões, o contexto torna claro qual tipo de ato ilocucionário está sendo realizado. Para termos um entendimento eficiente de um determinado proferimento, precisamos entender que as forças dependem das necessidades e valores sociais. Austin afirma que todas as frases são frases performativas. Todo o ato de fala tem uma força particular e podemos dizer que todo o ato de fala tem um conteúdo particular, mesmo se este conteúdo não está contido na própria frase, mas apenas está sugerido por ela. Os atos perlocucionários são essencialmente resultados, ou consequências de atos de fala. O que devemos atentar é que tanto a força ilocucionária quanto às consequências perlocucionárias podem afetar o conteúdo semântico de um proferimento. Porém, o significado não pode ser simplesmente reduzido ao conteúdo semântico de um proferimento, e muito menos reduzido ao que o locutor profere. Austin tentará mostrar que o conteúdo, força e consequências dos atos de fala interagem de modo complexo. Esses elementos podem ser vistos como sendo ingredientes que fazem parte dos proferimentos, podendo os mesmos ser analisados uns independentemente dos outros. A força ilocucionária de um proferimento dá uma contribuição semântica ao conteúdo de um enunciado, o que nos dá a entender que a força ilocucionária parece ser um tipo de significado, distinto do significado proposicional. Qual é exatamente a importância semântica da força ilocucionária nos proferimentos? Ora, a força e o conteúdo são variáveis independentes e operam

autonomamente. De acordo com este ponto de vista, a força que está contida nos proferimentos pode trazer contribuições semânticas para o significado das proposições:

Porque há várias dimensões diferentes de força ilocucional, e porque o mesmo acto de enunciação pode ser executado com uma variedade de intenções diferentes, é importante notar que uma mesma enunciação pode constituir o desempenho de vários actos ilocucionais diferentes. Deve haver vários verbos ilocucionais diferentes não sinónimos que caracterizariam correctamente a enunciação (SEARLE, 1981, p.94).

Podemos reconhecer que há uma importância semântica da força ilocucionária, mas a contribuição semântica dos aspectos ilocucionários de um proferimento é de difícil comprovação. Segundo esse ponto de vista, é o sentido ilocucionário que domina o sentido de um proferimento dito por um locutor. Austin, nessa abordagem, afirmou que o ingrediente ilocucionário e o locucionário são tratados como elementos coordenados de um proferimento. Isso significa que os falantes se engajam em duas atividades semânticas diferentes, isto é, dizer alguma coisa e descrever a si próprios enquanto realizam o ato linguístico de dizer. Diante disso, observamos que a teoria do significado deve não só levar em conta a força ilocucionária dos proferimentos, mas dar atenção às consequências perlocucionárias, pois a dimensão perlocucionária da linguagem também tem significação semântica. O que queremos registrar é que os efeitos de um proferimento podem, também, afetar seu significado.

Grice é outro filósofo que entende que as intenções de comunicação de um falante normal, sob condições normais, conformam-se a princípios, ou regras de conversação cooperativa e também às máximas da conversação. O significado intencionado pelo falante pode desviar-se de seu significado usual, como por exemplo, quando nos deparamos com proferimentos irônicos. A análise de Grice, em relação aos significados intencionados, coloca muito peso nas intenções de

comunicação do falante. Como Austin, Grice também acredita que as intenções estão calcadas nas convenções linguísticas, as quais, do seu ponto de vista, tornam-se meras ferramentas a serem utilizadas.

A argumentação de Austin se constitui de uma série de questões e tem o objetivo de criticar posições e teorias já existentes sobre a linguagem, e ao mesmo tempo, de produzir novas reflexões. Ao falar do ato de fala lembra sempre a necessidade de encará-lo como algo mais geral, que dê conta do que se faz ao dizer alguma coisa. Os novos critérios, em relação a linguagem, são fornecidos pelo uso que fazemos da linguagem, ou seja, nas diferentes formas ou situações. Estes novos critérios em relação a linguagem explicam melhor a complexidade do ato ilocucionário e conseqüentemente da visão performativa. O ato locucionário mostra a relação que mantém com a performatividade, enquanto definição da própria linguagem. Podemos dizer que realizar um ato locucionário é em geral realizar um ato ilocucionário. Já quando nos referimos aos atos perlocucionários, sabemos que este tem objetivo de produzir um resultado sobre o interlocutor, ao passo que o ato ilocucionário é a realização de um ato ao dizer algo, e o ato locucionário é a realização de um ato de dizer algo. Austin ao iniciar a discussão do ato ilocucionário produz uma mudança nas suas reflexões sobre a linguagem ordinária. Essa mudança de postura permitiu ampliar seu universo de reflexão, proporcionando uma série de questionamentos em relação aos seus pensamentos. Vimos que há razões para supor que os testes sugeridos para identificar os verbos performativos, como por exemplo, "Dizer é fazer", dão pistas para encontrarmos verbos que explicitam a força ilocucionária de um proferimento, ou mostram qual é o ato ilocucionário que estamos realizando ao emití-lo. O que não podemos deixar de ver é que a ideia de pureza do performativo não é mais válida:

(...) Isto em nada nos deve surpreender, pois essa noção nos criou dificuldades desde o início. Ela se baseava, essencialmente, na crença na dicotomia performativos/constativos, que, como já vimos, tem que ser substituída pela ideia de que há famílias mais gerais de ato de fala relacionados e sobrepostos parcialmente (...) (OTTONI, 1998, p. 77, 78).

É importante lembrar que uma das características importantes da visão performativa da linguagem é a questão do eu-sujeito e a sua relação com a intenção. A realização de um ato ilocucionário envolve assegurar a sua apreensão, isto é, quando este é proferido o sujeito precisa garantir, através de seu proferimento, a intenção de seu ato. Como observamos na teoria de Austin, o eu aparece em suas reflexões, quando o assunto discutido é a performatividade. Um sujeito, por exemplo, pode empiricamente casar, batizar um navio, realizando um ato de fala, mas somente se for o sujeito adequado para isto. O que precisa ser entendido é que o ato de fala sozinho, não é suficiente para realizar a ação. O sujeito ao realizar um proferimento realiza uma ação por intermédio do ato de fala. Para Austin, qualquer enunciado tem um sujeito, um eu que produz a fala, e o significado vai depender do sujeito e do momento em que proferir algo. O eu-sujeito não tem sozinho o domínio da significação, porém se constitui quando houver sua interlocução.

Para o controle do significado dos proferimentos, Austin utiliza o conceito de uptake, e é através dele que se constitui o sujeito falante. O uptake pode ser caracterizado como o lugar em que se complementam o eu e o tu, ou seja, a circunstância em que se assegura a fala. Sob uma outra visão, ele é reconhecido como sendo o lugar da desconstrução da intenção. O mesmo é compreendido como sendo a relação que se dá no momento em que há uma conversação entre o locutor e o ouvinte. É nesse espaço, que há a possibilidade de se construir uma comunicação eficiente, em que há a compreensão daquilo que está sendo

comunicado entre as pessoas envolvidas no discurso. Segundo Austin, o uptake é uma condição necessária do próprio ato de fala, e é ele que produz o ato. O que não podemos deixar de fazer é atribuir uma intenção a um ato físico, uma vez que um ato não pode ser separado de uma intenção. A partir da teoria de Austin, verificamos que umas das dificuldades de compreensão da sua proposta direciona-se à questão da intenção e sua relação com a significação. Notamos que a medida em que se consolida o conceito de uptake, este se encarrega de subverter a teoria até então calcada no papel centralizador do sujeito falante. Observamos que em qualquer situação de fala não há um controle do sujeito sobre sua intenção, já que se realiza juntamente e através do uptake.

A realização de um ato ilocucionário envolve assegurar a apreensão, isto é, tornar compreensivo o significado e a força da locução. É importante lembrarmos que o sujeito vai se constituir não somente através das palavras, mas também das circunstâncias nas quais elas são empregadas. Na visão performativa da linguagem, o que vai importar não é o que o enunciado ou as palavras significam, as circunstâncias de sua enunciação, ou a força que ela tem, mas as consequências de um proferimento, a ação que é realizada. Sabemos que a linguagem tem muitas funções, e o ato ilocucionário significa a expressão de determinada função. Ele não é explícito em consequência disso, sua força só pode ser compreendida por meio da consideração de todo o contexto, isto é, para percebermos o efeito de um ato, precisamos considerar toda a circunstância do proferimento, bem como com quem estamos falando, qual é o objetivo que queremos alcançar com determinado ato. Vejamos as próprias ideias de Austin, para compreendermos o que foi dito:

(...) Em geral o efeito equivale a tornar compreensível o significado e a força da locução. Assim, a realização de um ato ilocucionário envolve assegurar sua apreensão. O ato ilocucionário “tem efeito” de certas maneiras, o que se distingue de produzir consequências no sentido de provocar estados de

coisas de maneira “normal”, isto é, mudanças no curso normal dos acontecimentos (AUSTIN, 1990, p.100).

Verificamos que de uma certa maneira Searle se diferencia de Austin, pois compreende que a intencionalidade é uma propriedade de muitos estados e eventos mentais, que são dirigidos para objetos e estados de coisas no mundo. Além disso, Searle cita quatro pontos comuns entre estados intencionais e atos de fala, como vemos na citação de Ottoni:

(...) 1. A distinção entre o conteúdo proposicional e a força ilocucionária aplica-se aos estados intencionais. Há, segundo ele, uma clara distinção entre o conteúdo proposicional e a força ilocucionária, numa primeira classes de casos. Numa segunda, há uma distinção entre o conteúdo representativo (ou conteúdo intencional) e o modo psicológico. Daí pode-se substituir a fórmula $F(p)$, em que “F” representa a força ilocucionária e “p” o conteúdo proposicional; para $S(r)$, em que “S” caracteriza o modo psicológico e “r” o conteúdo representativo (ou intencional). 2. A distinção entre as diferentes direções de adequação se manterá nos estados intencionais. 3. A realização de cada ato ilocucionário com um conteúdo proposicional expressa um certo estado intencional com este conteúdo proposicional, e este estado intencional é a condição de sinceridade deste tipo de ato. 4. A noção de condição de satisfação aplica-se com suficiente generalidade para ambos, o ato de fala e o estado intencional em casos onde há direções de adequação (1998, p.83).

Diante disso, entendemos que Searle ao propor a fórmula $F(p)$, que segundo ele, representa o ato ilocucionário, reintroduz no interior desse ato, algo que Austin já havia deixado de lado em sua teoria, isto é, as tradicionais noções filosóficas de verdade e falsidade. O que percebemos é que Searle vai analisar a unidade mínima da comunicação humana que são os atos de fala, os quais são nomeados de atos ilocucionários. Representa o ato ilocucionário com a fórmula $F(p)$, em que “F” representa a força ilocucionária e p o conteúdo proposicional. Essas duas partes que compõe o ato ilocucionário reforçam o impasse com relação ao ato performativo. O que podemos ver é que as ideias que Searle desenvolve sobre a intenção evidenciam a distância e a discordância com as colocações de Austin. Notamos que Searle pretende ser fiel a Austin, ao aproximar os estados intencionais e os atos de fala.

O que temos que ter em mente quando nos referimos aos atos ilocucionários, é que para que seja realizado, é necessário garantirmos a apreensão da força. Para que ocorra o entendimento da intenção de um determinado proferimento é importante que o interlocutor ouça a expressão linguística e a entenda de determinado modo. A partir disso, podemos dizer que a compreensão é uma possibilidade da execução de um ato ilocucionário. Para que o mesmo produza efeitos, é necessário uma compreensão não somente do sentido literal das palavras como também de todo o contexto em que ocorre o proferimento. Muitos atos ilocucionários, em virtude de convenções, induzem a reações ou a determinadas respostas. A resposta ou a reação implica uma segunda ação de quem fala ou de outra pessoa. Quando Searle se refere à linguagem, afirma que podemos caracterizá-la como sendo parte de um comportamento intencional regado. Assim sendo, todos os atos ilocucionários possuem as mesmas regras básicas como sua condição de possibilidade. Searle parte de uma linguagem idealizada, considerando o ato de fala de forma isolada, e não a percebendo como unidade inserida num processo complexo de interações. O que podemos verificar na teoria de Searle, é que o mesmo expressa em suas análises um carácter abstrativo. Esta abstração é retirada de várias dimensões da linguagem, em virtude de direcionar sua atenção a um aspecto da linguagem, isto é, a força ilocucionária dos atos de fala:

(...) A razão disso é que a língua poderia então ser entendida apenas como um meio convencional de tentar obter reações ou efeitos de ordem natural. O acto ilocucional então não envolveria essencialmente quaisquer regras. Poder-se-ia, em teoria, desempenhar o acto dentro ou fora da língua, e fazê-lo no interior de uma língua seria fazer, por meio de um procedimento convencional, o que poderia ser feito sem este recurso. Os actos ilocucionais seriam então (opcionalmente) convencionais, mas não governados por regras (SEARLE, 1981, p. 95).

Searle se propõe a uma separação de princípio entre a significação da frase e a execução dos atos de fala. Para justificar seu ponto de vista, afirma que a

comunicação implica atos de fala, e isso se caracteriza como sendo o princípio de expressividade, que tem por finalidade mostrar que aquilo que pensamos pode ser dito. Segundo Searle, um ato de fala consta de três diferentes ações, ou seja, a execução de atos de expressão, atos proposicionais e atos ilocucionários. Podemos observar que o mesmo ato proposicional pode ser comum a diferentes atos ilocucionários. É possível realizar os mesmos atos proposicionais e ilocucionários com atos diferentes de expressão. O que precisamos levar em conta é que atos ilocucionários e proposicionais têm como característica o fato de que palavras são proferidas em determinados contextos sob determinadas condições e com intenções determinadas e os mesmos são ligados a certos tipos de expressão, como bem afirma Searle:

(...) Assim, executando diferentes actos de enunciação, um falante pode executar o mesmo acto proposicional e o mesmo acto ilocucional. Naturalmente, também não é necessário que a realização do mesmo acto de enunciação por dois falantes diferentes, ou pelo mesmo falante em ocasião diferentes, corresponda à realização dos mesmos actos proposicionais e ilocucionais: a mesma frase pode, por exemplo, ser usada para fazer duas afirmações diferentes. Os actos de enunciação consistem simplesmente em enunciar uma sequência de palavras. Os atos ilocucionais e proposicionais consistem, de modo, efectivo, em pronunciar palavras no interior de frases, em determinadas situações, sob certas condições e com certas intenções, (...) (1981, p.36-37).

Para a indicação da força ilocucionária podemos usar muitos meios, como por exemplo a acentuação, a entonação, o modo dos verbos, os chamados verbos performativos, entre outros. Na situação concreta do uso da linguagem, reconhecemos, a partir do contexto, a força ilocucionária das expressões, mesmo que não apareça um indicador explícito. O que diferencia um ato ilocucionário do simples exprimir sons ou usar sinais é que os sons e os sinais usados nele têm uma significação e aquele que os usa pretende dizer algo. Como podemos entender isso? Através da teoria de Searle do querer dizer. A ação executada quando alguém expressa um proferimento consiste em querer dizer alguma coisa com a sentença, é

um ato correlativo a esse querer dizer. Observamos a significação das expressões linguísticas ultrapassa a intenção e é também originária de convenções. Determinada sentença pode ter determinado significado, dependendo da intenção do falante e das circunstâncias do proferimento. O que verificamos é que a análise do ilocucionário vai ter de pensar uma maneira de associar a intenção do falante e a significação dependente de regras convencionais. O que não se admite é tentar reduzir uma à outra, pois para conseguir a intenção do falante ele usa de expressões, cuja significação é regrada convencionalmente e, portanto, não depende de sua intenção.

Como já mencionado anteriormente, para compreender a linguagem, Searle direcionou sua atenção a pesquisar o ato de fala enquanto um evento intencional, que tem uma intencionalidade. Como exemplo, toma a situação de promessa, tentando estabelecer a estrutura não só do ato de promessa, mas de todo ato ilocucionário. Seu ponto de partida vai do ato executado para as condições de possibilidade de sua execução. Nesse contexto, destaca o exemplo “Eu prometo” que significa a execução de um ato ilocucionário e também serve para exprimir melhor a obrigatoriedade de uma ação. O ato ilocucionário pode ser executado sem o uso de um indicador explícito da força ilocucionária, quando o contexto e a expressão tornam claro que a condição essencial está cumprida. Há atos ilocucionários fundamentais aos quais são redutíveis todos os outros? Searle acredita que uma resposta a esse questionamento é algo complicado, porque os princípios para a classificação dos atos ilocucionários são muito diversificados. De acordo com Searle, o conceito de força ilocucionária e a ideia de diferentes atos ilocucionários incluem diferentes princípios de distinção. Esses princípios de diferenciação são: o fim do ato, a posição relativa, a diferença no conteúdo

proposicional, a relação diferente da proposição para com os interesses, os diferentes estados psíquicos expressos, as diferentes maneiras em que uma expressão se relaciona à conversa. Como existem diferentes dimensões do papel ilocucionário e por que o mesmo ato de expressão pode ser executado com uma pluralidade de intenções diversas, é importante, nesse sentido, ter claro que uma mesma expressão pode constituir a execução de muitos atos ilocucionários diferentes. Portanto, para definirmos melhor o ato ilocucionário, precisamos recorrer à noção de força.

Podemos dizer que o ato ilocucionário faz parte das convenções de que ele é composto. Dessa maneira, entendemos que a intenção não está no sujeito falante, mas no seu proferimento, naquilo que ele diz no momento do ato de fala. Quando proferimos algo não apenas estamos mostrando nossa intenção, mas estamos nos comprometendo com o que é dito. A partir da constatação de que os atos de fala são unidades de linguagem em uso, verificamos que sua funcionalidade é determinada pelo contexto em que estão inseridos e sua força ilocucionária depende do lugar que ocupa nesse contexto. Para que ocorra uma argumentação eficaz, é necessário que falante tenha dito o proferimento de uma maneira correta e, dessa forma, conseguir atingir a compreensão daquilo que disse. Já o convencimento só ocorre quando o falante atingir o efeito de que o ouvinte aceite ou rejeite a opinião expressa. Esse convencimento só ocorre quando o falante leva o ouvinte a realizar determinada atitude. Dessa maneira, percebemos que quando os interlocutores dão sequência a argumentação, cada um tem seu papel e um ponto de vista e a partir disso são criadas convenções para que o prosseguimento na conversação seja efetuado.

Otoni (2002) menciona que a intenção não pertence somente ao sujeito falante que a transmite, mas é garantida, via uptake, pelo sujeito ouvinte para

assegurar a apreensão. Vale lembrarmos que a separação dos atos deve-se a questões metodológicas. Tanto o ato locucionário quanto o ato ilocucionário é um desdobramento da performatividade, mas o ato de fala é uma doutrina completa e geral do que se faz ao dizer alguma coisa. O conceito de performativo, de ato de fala e de ilocucionário estão vinculados na obra de Austin de modo muito especial. Um conceito, muitas vezes, serve para a explicação do outro. Esta dependência de um conceito pelo outro, é fundamental no interior de sua argumentação.

Assim, vimos que Austin mostra a originalidade de suas ideias, fazendo distinção entre o sujeito e a força, já que o ato locucionário é a própria produção de sentido, que se opõe à força do ato ilocucionário. Estes dois, distinguem-se do ato perlocucionário, que é a produção de uma consequência sobre o interlocutor. Nesse sentido, percebemos uma mudança de concepção, a qual vai depender do conhecimento que se tem ao emitir um determinado proferimento. O que podemos ver é que a classificação de verbos com forças ilocucionárias demonstra a estratégia de Austin para tentar controlar o sentido dos enunciados. No entanto, seu empreendimento não obteve muito sucesso, pois alguns dos verbos possuem uma superposição de forças ilocucionárias. O que nos leva a concluir que o sentido não se constitui apenas observando a literalidade do enunciado, e muito menos levando em conta a intenção do falante, porém se constitui através da correlação de forças externas. Dessa forma, percebemos que a força ilocucionária não está presa aos limites da estrutura sintática, mas a fatores que dizem respeito às condições externas. Portanto, não há uma simetria entre o que o falante pretende comunicar e aquilo que o ouvinte produz como sentido:

(...) É a mais importante, uma vez que com o uptake fica mais claro que a referência que vai estar diretamente ligada ao momento da enunciação não se dá mais no nível constativo da linguagem, mas numa concepção performativa; ou seja, no momento em que há o reconhecimento entre os

interlocutores de que algo está assegurado, de que o “objetivo ilocucionário” foi realizado através da força (OTTONI, 1998, p.80-81).

O que podemos ver é que o sujeito e o objeto, para Austin, se fundem, passando com isso a fazer parte da significação. Na visão performativa, o sujeito-falante empírico se constitui como sujeito do uptake, isto é, tem o objetivo de garantir sua apreensão. As forças ilocucionárias são propriamente atribuídas apenas aos atos ilocucionários, por esse motivo pertencem à pragmática. O importante é verificarmos que a interpretação de um proferimento envolve diversos elementos de significado. Os proferimentos de qualquer tipo de força não são igualmente relevantes como reações a um proferimento que tem um determinado tipo de força. Uma reação com uma força, resposta dada a informação solicitada, é claramente relevante para um proferimento. Poderíamos dizer que ela é pragmaticamente relevante para a exigência conversacional. O que percebemos é que as diferenças nas forças ilocucionárias são as vezes veiculados por meio da entonação e de forma padronizada pela linguagem, porém a entonação por si só não pode determinar a força de uma reação. A ideia em relação ao entendimento do que vem a ser intenção é explicitada por Searle, quando diz que:

(...) Dizer que o emissor se fez compreender equivale a dizer que essas intenções se concretizaram. E as intenções serão em geral concretizadas se o ouvinte entender a frase isto é, se souber a sua significação, isto é, se conhecer as regras que governam os seus elementos (1981, p.66-67).

Conseguimos compreender, a partir dos estudiosos citados, que a intenção está subjacente nos atos de fala, isto é, está inerente aos mesmos. O que nos leva a concluir que a intenção não está no sujeito, mas está concentrada no proferimento do falante. Quando alguém diz algo, este dizer vai garantir a apreensão da força ilocucionária desse determinado ato, fazendo com que o ouvinte reconheça a sua intenção, se o falante tinha objetivo de produzir uma ordem, um pedido ou uma

pergunta. Nesse sentido, ao falarmos, comunicamos indiretamente as intenções, fazendo com que o ouvinte reconheça a força que está contida em nosso dizer.

3. CRÍTICAS À VISÃO PERFORMATIVA DA LINGUAGEM E SUAS IMPLICAÇÕES

No capítulo anterior, mostramos quais os entendimentos que os filósofos Austin, Searle e Grice tem em relação aos atos de fala. De uma maneira comparativa entre esses mesmos filósofos, tentamos compreender as ideias que os mesmos têm em relação a intenção do falante e quais as contribuições que esta concepção trouxe para a visão pragmática da linguagem. Diante disso, percebemos que algumas ideias não ficaram totalmente esclarecidas, surgindo dúvidas quanto ao uso consistente dos conceitos, relativos aos atos de fala. Portanto, apresentaremos comentários que fazem críticas à performatividade dos atos de fala, bem como à força ilocucionária, além de trazer contribuições aos aspectos pragmáticos da língua.

O que percebemos é que, por sua postura em relação aos atos de fala, Austin sofreu muitas críticas, uma delas diz respeito à centralidade atribuída por ele à performatividade da linguagem. Esta crítica sofrida por Austin, prejudicou os desenvolvimentos propostos por alguns pensadores, dentre eles está Searle, que com sua teoria dos atos de fala retoma as vertentes mais tradicionais da filosofia da linguagem. Como podemos verificar anteriormente, a postura assumida por Searle, mostrou que o mesmo redefiniu o ato de fala em termos da dicotomia, conteúdo proposicional e força ilocucionária. Essa posição assumida põe a perder a centralidade do performativo proposta por Austin. Ottoni, ao elaborar uma interpretação em relação à natureza performativa da linguagem, mostra-nos o quanto é importante considerarmos os temas fundamentais, como por exemplo, o problema da subjetividade. Uma das perguntas que devem ser feitas é: por que Austin suscita interpretações e preocupações distintas sobre a linguagem? Como

responder a esta pergunta, sabendo das divergências de Austin quando se refere à linguagem, pois ao discutir a performatividade vai proporcionar uma diversidade de interpretações. Este olhar performativo é o lugar de conflito, é um elemento que se dissocia das fronteiras existentes entre o linguístico e o filosófico. Esse pensar foi originário do próprio Austin, que optou em não estabelecer fronteiras entre estas duas áreas, quando se analisa a linguagem ordinária. Assim, observamos que esta indagação em relação à barreira entre essas duas áreas, mostra-nos que a visão performativa está na base das reflexões de Austin. Esta concepção é divergente de uma abordagem formalista da linguagem, em que se percebe a existência da cisão entre o sujeito e o objeto. Ottoni, um interprete de Austin, esclarece que:

Parto do princípio que faz parte desta visão a integração dos conceitos de performativo, ilocucionário e ato de fala na argumentação de Austin. Essa integração é o lugar do confronto e do questionamento dos procedimentos filosóficos e das técnicas de análise da linguagem ordinária, desfazendo assim a dicotomia sujeito e objeto e possibilitando emergir a “visão performativa da linguagem” (1998, p.12).

Ao tentar interpretar Austin, Searle apresentou uma interpretação ambígua. Verificamos que de um lado, Searle tem o mérito de ter introduzido as ideias de Austin nas discussões da ciência linguística, já por outro lado, podemos ver que descaracterizou essas ideias. Como filósofo da linguagem, Searle é reconhecido apesar das divergências, como sendo o sucessor de Austin, por ter desenvolvido uma teoria dos atos de fala. O que dá para notar é que, como Austin, ele tem uma postura inovadora, originando, com isso, possibilidades de interpretar sua teoria de várias maneiras. O que notamos, ao confrontar a teoria de Austin com a de Searle, é que alguns estudiosos, dada a influência de Searle, ao tratar os atos de fala e ato ilocucionário, não perceberam a diferença entre Searle e Austin.

Um das críticas que Austin sofreu diz respeito a não-linearidade das questões que ele propõe sobre a linguagem. Isso pode se visto na explanação que

Paulo Ottoni faz em *“Visão Performativa da Linguagem”*. A maneira como Austin explanava as suas ideias em suas conferências filosóficas, demonstra que desejava deixar claro as suas condições sobre ela e não estava preocupado com as fronteiras institucionais de suas técnicas e reflexões. Por esse motivo, entendemos que procurou mostrar que não há nem fronteiras nem linearidade no interior de sua obra. Austin ao propor a ideia de que toda a linguagem é performativa, não exclui com isso os conceitos de atos de fala, de ilocucionário ou perlocucionário, ao contrário, propõe uma nova visão de linguagem.

Afinal, então, como podemos delimitar certos conceitos no pensamento austiniano? Em muitos casos essa delimitação só será possível através de uma linguística descritiva, a qual não incorporou as quebras de barreiras filosóficas e linguísticas. A partir disso, surgem as várias interpretações do conceito de performativo proposto por Austin e sua relação com outros conceitos atinentes aos atos de fala. Austin apontou para o fato de que existem circunstâncias nas quais não descrevemos a ação, mas a praticamos. Com essa posição, ele acaba deixando de lado a possibilidade de ver o performativo como um objeto linguístico, que possa ser analisado como qualquer objeto de natureza física. Na visão performativa, a separação com relação ao sujeito e ao objeto não é mais permitida, já que, neste espaço, não se possibilita estabelecer uma fronteira entre o eu e o objeto nos estudos da linguagem.

As críticas a Austin surgem pela forma de fusão de seus procedimentos filosóficos e de suas técnicas de análise da linguagem ordinária, à medida que ele combate a separação sujeito-objeto, que é a característica fundamental de uma ciência da linguagem. Segundo a explicação de Ottoni, os comportamentos e as regras não expressam a própria realidade humana, portanto para ele fica difícil

explicar o sujeito e o objeto. Na visão performativa há muitas dificuldades de uma análise em torno do performativo. O que podemos afirmar é que na argumentação austiniana, não há mais separação entre o sujeito e o objeto, e essa postura é o centro das críticas sofridas. O que fica evidente é que existe uma relação entre os conceitos no interior da argumentação de Austin. Porém, não podemos dizer de fato que há uma relação de complementaridade no sentido de um estar ligado ao outro de modo linear. E muito menos que exista um desdobramento desses conceitos no interior de sua argumentação que justifica a visão performativa. Diante disso, surgem indagações, afinal, quando uma “afirmação” não é uma afirmação? Quando o enunciado é um enunciado performativo, um julgamento de valor, quando é uma definição e quando é parte de um trabalho de ficção? O que verificamos é que existem muitas sugestivas respostas.

O conceito de ação é importante para entendermos o ato performativo, já que é um dos elementos constitutivos da performatividade. A ação independe de uma forma linguística. O performativo é o próprio ato de realização da fala-ação. Quando Austin chega nesse ponto, ele quebra a distinção inicial que havia feito entre o performativo e o constativo. Os atos ilocucionários, que são convencionais, possibilitam a existência de enunciados performativos sem que nos seja possível identificar uma forma gramatical para eles, isto é, existem regras convencionais que dão condições para que esses enunciados em tal situação sejam ou não performativos, realizem ou não uma ação. A partir disso, Austin conclui que toda a linguagem é performativa. Essa visão performativa não é mais aquela utilizada na distinção anterior que fez. A partir deste momento, é que podemos falar de uma visão performativa, constituída de uma nova concepção de linguagem, em que o sujeito não pode se desvincular de seu objeto fala.

Pelas argumentações de Austin, não há fronteira entre o que é filosófico ou linguístico, quando se estuda a linguagem. Muitos estudiosos da linguagem começaram a se utilizar da performatividade sem se dar conta das implicações que isso causaria à linguagem. Austin iniciou uma discussão que provocou um incômodo a muitos pesquisadores. Benveniste (1991), por exemplo, ao se deparar com a argumentação de Austin, tenta dar uma explicação sobre o assunto. Ele delimitou à sua maneira as fronteiras entre a filosofia e a linguagem. A postura de Benveniste, no que se refere ao fenômeno da linguagem, é oposta à de Austin. Esta oposição diz respeito à tentativa e à necessidade de delimitar as fronteiras, o que criou uma tensão, que está presente até hoje nos estudos sobre a linguagem.

Nos escritos de Benveniste, ele volta sua atenção ao homem na língua e isso se explica através da subjetividade da linguagem. Ele entende essa questão muito diferente daquela praticada por Austin. Para Benveniste, o eu que enuncia só se manifesta, dirigindo-se a alguém, isto é, ao ouvinte (interlocutor). No momento em que esse ouvinte estiver enunciando, passa a assumir-se como um eu (falante), dirigindo-se, por sua vez, a um tu que antes era o sujeito que se pronunciava. A linguagem só é possível porque cada falante se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como um eu no seu discurso. Mesmo tendo definido o lugar de sua crítica, Benveniste não questiona apenas esses fatos linguísticos, como também interroga-se ao que diz respeito aos procedimentos filosóficos de Austin. Para Benveniste o verbo, enquanto critério formal e gramatical, predomina e denomina um enunciado performativo, diferentemente do que pensa Austin. Podemos compreender melhor as ideias elencadas anteriormente, com a passagem que segue:

(...) Podemos deduzir então que, para Benveniste, a performatividade é uma função e está subordinada a critérios formais. Há, contudo, dois estudiosos

da linguagem humana, Ducrot e Récanati entre outros, que partem da hipótese de que Benveniste, independentemente, já havia utilizado a “noção de performativo” próxima a empregada por Austin, sem ao menos ter conhecimento de seus trabalhos (OTTONI, 1998, p.45).

Austin não está mais preocupado com a análise empírica dos dados e fatos linguísticos. Ao contrário, preocupa-se em ultrapassar as barreiras e propor uma nova visão à linguagem. Nas propostas austinianas, o que vimos é que os dados não constituem um corpus. Os mesmos são elementos constitutivos da sua argumentação, não podendo ser deslocados do seu contexto, pois os conceitos precisam ser analisados no seu conjunto. Mas para Benveniste, o sujeito tem que se apropriar da estrutura a fim de se identificar como sujeito no discurso. Para conseguir esta identificação como sujeito do discurso, o pronome pessoal é o primeiro ponto de apoio da subjetividade na linguagem. Segundo Benveniste, será que me descrevo crendo quando digo “Eu creio que”? Sua resposta é seguramente não. Esta separação do enunciado em duas partes é um dos pontos mais relevantes de discordância com as colocações de Austin, já que este de maneira nenhuma tinha este fato linguístico como uma preocupação. Benveniste faz críticas à posição de Austin e demonstra que a sua postura é propriamente linguística. Para clarear melhor o entendimento em relação às ideias de Benveniste, é importante observarmos o que ele tem a nos dizer:

A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como eu. Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem. Desses pronomes dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo status. (...) A linguagem é, pois, a possibilidade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua “pessoa”, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como eu e a um parceiro como tu (BENVENISTE, 1991, p.288-289).

É fundamental lembrarmos que Austin argumenta em favor de duas

condições que delimitam a força de um enunciado performativo. De um lado, deve existir um procedimento aceito que produz um efeito convencional. Esse procedimento deve incluir o proferimento de determinadas pessoas em certas circunstâncias. Já de outro lado, as pessoas e circunstâncias particulares em um caso determinado têm de ser adequadas à invocação do procedimento específico invocado. A tese fundamental de Austin concerne em que o papel distintivo do ato de fala é também um ato pragmático. A performatividade serve tanto quanto fator de aproximação para Benveniste criticar Austin, quanto de distanciamento, de discordância entre os dois? Que fatores envolvem o fenômeno da performatividade, que põe em confronto duas visões tão distintas da linguagem? Devemos olhar para a análise da performatividade, que serve como uma forma de espelho, através da qual Benveniste procura refletir sua própria concepção de linguagem. Concepção esta que diz respeito à subjetividade da linguagem, cuja abordagem teórica é diferente daquela utilizada na performatividade austiniana. É relevante a passagem que segue para entendermos melhor a posição de Benveniste em relação aos atos performativos:

Um enunciado é performativo na medida em que denomina o ato performador pelo fato de pronunciar uma fórmula que contém o verbo na primeira pessoa do presente: "Declaro encerrada a sessão". "Juro dizer a verdade". Assim um enunciado performativo deve nomear a performância de palavra e o seu performador. (...) Um enunciado performativo, não o é por poder modificar a situação de um indivíduo mas na medida em que é por si mesmo um ato. (...) Não vemos, portanto, razão para abandonar a distinção entre performativo e constatativo. Acreditamo-la justificada e necessária, com a condição de que a mantenhamos dentro das condições estritas de emprego que a autorizam, sem fazer intervir a consideração do "resultado obtido" que é fonte de confusão (1991,p.303-305).

Em uma de suas argumentações, Austin demonstrou que é necessário desfazer a distinção do ato performativo e do constatativo. O que podemos entender é que ao tomar essa postura, isso implicaria em uma mudança de direção. Nesse sentido, os fatos linguísticos escolhidos e analisados por ele são parte integrante de

sua argumentação e não podem ser deslocados isoladamente. Existem alguns pontos críticos em sua postura. Um desses pontos diz respeito à maneira de considerar os atos de fala apenas enquanto atos de comunicação. Assumindo essa postura, o mesmo se equivoca, já que tanto a enunciação constatatativa quanto a performativa são atos de fala produzidos na situação em que se encontram os interlocutores. Um outro ponto, refere-se ao fato de que tanto o ato ilocucionário quanto o ato perlocucionário, em Austin, são operações que produzem um efeito, ou uma consequência e não o transporte de um conteúdo de sentido. Para Austin, comunicar através de um enunciado performativo é comunicar uma determinada força. Olhando para um outro ponto de impasse, o ato performativo não tem o seu referente fora de si, não descreve qualquer coisa que existe fora da linguagem. Uma outra crítica sofrida diz respeito à análise do performativo, isto é, a autoridade do valor de verdade, a oposição verdade-falsidade, substituindo o valor de força. Com as reflexões de Austin, os atos de fala requerem um valor de contexto, que determine a presença consciente da intenção do sujeito falante na totalidade do seu ato ilocucionário.

Searle, ao discutir as interpretações austinianas, diz que não há diferenciação entre o ato intencional ou constituído de uma ação e entre o ato de fala escrito e o falado. A fala e a escrita são atividades intencionais conscientes, mas o aspecto intencional dos atos ilocucionários não implica que exista um conjunto separado de estados conscientes além de apenas a fala e a escrita. Para Searle, falar e escrever comportam uma intenção, sendo que é o caráter convencional do enunciado performativo e do ato ilocucionário que possibilitará a interação. Austin insiste no caráter convencional do ato ilocucionário, comprometendo-se com a ideia de que o performativo deve ser interativo. Para Searle, o ato de comunicação é uma

das várias possibilidades do performativo. O caráter interativo do performativo e do ato ilocucionário é diferente em Austin e Searle, já que é o ponto central desta discussão. Austin, no processo de elaboração da performatividade, segue um caminho que o leva a uma visão performativa da linguagem que se distancia da de Searle. Essa distância se dá por que Searle procurou desenvolver os aspectos empíricos e lógicos da performatividade, ao contrário de Austin.

Por que teorias dos atos de fala, enquanto abordagens das reflexões austinianas, produzem tantos desentendimentos? O que podemos dizer é que os conceitos de atos de fala, performativo e ilocucionário são analisados de maneiras tão diferentes quanto são as teorias que estudam a linguagem ordinária. Verificamos que a riqueza contida nos conceitos de atos de fala, performativo e ilocucionário é originária das discussões que Austin desenvolveu. Ottoni mostra o grande valor das ideias apresentadas por Austin:

Uma das contribuições, ou talvez a maior contribuição de Austin, foi discutir o caráter performativo da linguagem. Depois de fazer a distinção performativo-constatativo, ele introduziu o conceito de ato ilocucionário e passou em seguida a descrevê-lo. Mas isso não quer dizer que o caráter performativo da linguagem possa ser deixado de lado quando estudam os atos de fala, especificamente o ilocucionário. (...) Em outras palavras, o termo "performativo" que Austin continua a empregar, passa a designar algo que define todo e qualquer enunciado e, conseqüentemente, passa a definir a própria linguagem (OTTONI, 1998, p.67).

Por que a teoria dos atos de fala produz tantos desentendimentos em relação à performatividade? Uma resposta breve seria dizer que as teorias dos atos de fala, performativo e ilocucionário levam em conta a visão performativa da linguagem. Por esse motivo, Austin alerta para a necessidade de se produzir uma teoria geral, a qual precisa dar conta do que se faz quando o sujeito diz determinada coisa, ou ainda que englobe ao atos de fala na sua totalidade. Podemos dizer que a verificação de mudanças na linguagem se deu a partir da visão performativa da linguagem. Porém, foi com a introdução do conceito de ato ilocucionário que esse

empreendimento passou a ser desenvolvido. Vimos que a ligação entre o ato ilocucionário e a visão performativa da linguagem é um procedimento fundamental na construção de qualquer teoria ou doutrina dos atos de fala. Qualquer discussão sobre as teorias dos atos de fala, do performativo e do ilocucionário que não leve em conta essa posição, põe em risco a contribuição austiniana, isto é, sua visão em relação à performatividade da linguagem. A partir do que foi dito até aqui, há algo que devemos nos questionar: mas afinal, o que é uma teoria do ato de fala? Precisamos encarar a relação dos conceitos de ato de fala, performativo e ilocucionário, já que Austin não fez uma análise global e nem um desdobramento sistematizado desses três conceitos. O que temos é o encontro entre o sujeito e o objeto, e conseqüentemente, a grande dificuldade de estabelecermos parâmetros para identificação e para a análise da performatividade.

A comunicação performativa, segundo Austin, é a comunicação de um sentido intencional, em que há a presença consciente e intencional, ou seja, em que a intenção permanece no centro organizador. Deixou um espaço conflitante no seu raciocínio, que é inerente ao inovador. Talvez, temos a necessidade de uma teoria mais geral dos atos de fala, diz Austin. Esta teoria vai mexer na ideia dos atos performativos e constataivos. A crítica que Austin sofre quando falamos destes dois atos diz respeito ao fato da distinção entre eles não ser clara. Esta dúvida se apresenta, quando nos reportarmos ao proferimento “Eu afirmo que”. Num primeiro momento ao nos depararmos com esse proferimento, parece que o mesmo responde a todos os critérios, porém se olharmos mais a fundo, notaremos que esse proferimento não serve para qualificar os enunciados performativos. Diante disso, constatamos que na medida em que aplicamos a noção muito vaga que temos ao falarmos do performativo, a distinção não é justificada, visto que o proferimento “Eu

afirmo que” não tem todas as características nas quais acreditamos reconhecer os enunciados performativos.

Como Austin, Searle também sofreu críticas em relação as suas ideias. Vimos que Searle ao descrever os atos ilocucionários como algo que engloba as seguintes categorias, isto é, descrever algo, tentar influenciar pessoas a executar determinada ação, comprometer a fazer algo, expressar sentimentos e demonstrar mudanças na realidade. Por delimitar o ato ilocucionário dessa maneira, teve como consequências algumas críticas em relação à sua teoria. Isso se explica pelo fato de ter se preocupado apenas com o aspecto comunicativo dos atos ilocucionários e o interacional dos perlocucionários. Como já dissemos anteriormente, a forma como Searle isola um conceito e o divide em duas partes está muito longe da argumentação austiniana, pois parte do princípio de que existe uma abordagem da linguagem por detrás da performatividade. O ato ilocucionário é um momento de reflexão no interior dessa divisão. Compreendemos que Searle, ao formular sua teoria, deixa transparente seu posicionamento. Nesse sentido, não fica difícil ver que o mesmo não tinha a intenção de seguir fielmente os passos de Austin, pelo contrário, parece que ele estava convicto do percurso que desejava seguir.

Muitos estudiosos da área da linguagem consideram as obras de Austin e Searle como sendo a continuação uma da outra. No entanto, há uma grande controvérsia no que diz respeito a essa questão, pois os princípios que regem o funcionamento dos atos de fala nas obras desses dois pensadores não obedecem a uma continuação. Afinal, a obra de Searle apresenta ou não continuidade das ideias de Austin? Podemos perceber que não há um consenso em relação a esta ideia. Independente das divergentes posições, tanto o primeiro, quanto o segundo, trazem contribuições relevantes para os estudos da linguagem. Ao que se refere à

discussão em torno da continuidade ou não-continuidade no pensamento austiniano em Searle, é importante lembrarmos que certos termos, como: ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário, bem como força ilocucionária e a expressão atos de fala com seus respectivos conceitos foram introduzidos por Austin e alguns desses termos são retomados, abandonados ou transformados por Searle em seus escritos. Por que a preocupação com a ideia continuidade/ não-continuidade na teoria dos atos de fala nas obras de Austin e Searle? Como vimos, o que Searle fez para atingir seu lugar de evidência na teoria dos atos de fala foi um empreendimento no sentido de dar continuidade ao trabalho de Austin.

Como já mencionamos, Austin é considerado um desconstrutor, mas também um construtor de conceitos consagrados. É chamado de desconstrutor, pois proporcionou uma ruptura das concepções que associavam as questões da linguagem em relação às condições de verdade ou falsidade. Para ele, a linguagem deixa de ser compartilhada e institucionalizada, da mesma forma que não há mais cisão entre o sujeito e seu objeto, isto é, a fala. Austin é chamado de construtor por dar origem à visão performativa da linguagem, em que os atos de fala expressam uma realização. A partir disso, observamos que o sujeito falante e as condições exteriores passam a ter papel fundamental na construção do sentido. Não há mais espaço para a cisão entre o sujeito e seu objeto, o que traz maior dificuldade nas análises linguísticas, por se tratar de uma linguagem real e não ideal.

O que compreendemos da postura de Austin é que ao longo de sua trajetória ocorrem mudanças nas suas análises, sugerindo que os performativos não são distintos dos constataativos como pensou, e busca critérios gramaticais, de vocabulário ou uma combinação de ambos – a saber: 1º pessoa do singular, no presente do indicativo da voz ativa, no início do enunciado. No entanto, os primeiros

critérios formais sugeridos para a expressão do performativo não foram suficientes. Austin entende que tanto a voz ativa quanto a pessoa não poderiam ser tomadas como critérios únicos de distinção. A partir disso, cita situações de enunciados performativos que apresentam verbos na voz passiva, nas 2º e 3º pessoas do presente do indicativo, em enunciados emitidos nas formas escritas, tal como percebemos no exemplo “Os passageiros estão convidados a utilizar a passarela para atravessar as pistas.” Austin constata que podem existir outros enunciados performativos que não são expressos nestas mesmas formas. Como por exemplo, o enunciado imperativo, “Feche a porta”, que poderia ser expressado como “Eu te ordeno que feche a porta”. Verificamos que essas diferentes interpretações dependeriam dos diversos contextos em que ocorre o proferimento, da compreensão do interlocutor e de outros recursos, como por exemplo, o tom de voz, a ênfase, a pontuação e os gestos. Vejamos a crítica que Searle faz a Austin em relação a essa ideia:

(...) De facto, a visão original de Austin a propósito dos performativos era que algumas enunciações não eram dizeres, mas fazeres de um outro tipo. Mas neste particular parece haver algum exagero. Um homem que diz “Eu prometo” não promete apenas, mas diz que o faz. Isto é, existe, de facto, uma conexão entre dizer e os constativos, mas não tão estreita como se pode pensar (SEARLE, 1981, p.91).

Strawson é um outro filósofo, que se interessa pelas questões que Austin discute sobre o significado, o ato ilocucionário e a força ilocucionária. Concorda que só teremos compreensão da força ilocucionária se captarmos o ato locucionário. Nesse sentido, ato ilocucionário precisa garantir a compreensão da força de um ato. O que constatamos é que Strawson concorda até certo ponto com Austin. Segundo Strawson há muito mais para se saber sobre a força ilocucionária que só saber captar o ato locucionário. O filósofo se questiona em relação à convenção, proposta por Austin. A partir disso, traz duas ideias em relação às convenções. Uma delas diz

respeito ao sentido de que força não se esgota em um significado, sendo que a força não esgotada é também assunto de convenção. A outra ideia refere-se ao fato de que não seja correto dizer que advertir é um ato convencional.

Strawson, para comprovar sua tese, destaca como exemplo de atos convencionais os procedimentos que são adotados por um juiz numa circunstância de um jogo de futebol. Nesse evento, é que a emissão precisa ser pronunciada pela pessoa certa e também as circunstâncias precisam se adequar conforme essas convenções. Strawson afirma que as circunstâncias de emissão são sempre relevantes para a determinação da força ilocucionária de uma emissão. Porém, observa que existem casos em que os atos ilocucionários não se realizam conforme convenções. Vejamos a citação que segue para esclarecermos melhor as ideias de Strawson:

(...) Alguns atos ilocucionários são convencionais; outros não são (exceto quando são atos locucionários). Então, por que Austin afirma repetidamente o contrário? É pouco provável que haja cometido um simples erro de generalizar, a partir de alguns, a todos os outros. É muito mais provável que tenha sido impulsionado por alguma característica adicional e fundamental dos atos ilocucionários, (...) (1981, p. 177).

Segundo Austin, entender a força ilocucionária é essencial para compreender o ato ilocucionário. Dessa maneira, considera a possibilidade de uma categorização geral de ato ilocucionário. Ao contrário dessa ideia, Strawson pensa que os atos ilocucionários têm duas fases: a questão geral e a questão especial sobre a intenção. Isso se explica pelo fato de o falante ter a autoridade geral sobre o tema de sua intenção e ter também um motivo para clarificar sua intenção. Para ele a característica essencial dos atos ilocucionários é seu caráter aberto. O propósito da intenção aberta é promover uma prática definida e governada por convenções, proporcionada por regras convencionais de práticas. Nesse sentido, o falante considera que sua emissão não só revelará sua intenção, mas também o efeito. A

intenção está junto com o efeito, pois não existem convenções que possam garantir convencionalmente a efetividade da intenção aberta. Dessa maneira, um ato se identifica como um ato, porque se realiza mediante a emissão de uma forma de palavras convencionais para a realização desse ato. Para sintetizarmos, poderíamos dizer que os tipos de intenção dirigidos ao ouvinte podem ser variados e também diferentes tipos podem ser exemplificados por uma mesma emissão.

Compreendemos que Austin, com suas ideias, introduziu, a sua maneira, os conceitos de performativos, ilocucionários, força ilocucionária e de atos de fala, possibilitando uma evolução aos estudos pragmáticos da língua, uma nova abordagem da linguagem, em que se caracteriza a linguagem sob uma visão performativa. Nesse sentido, compreendemos que as ideias defendidas por Austin e Searle, mesmo que sob perspectivas diferentes, contribuíram para um novo olhar, em que o sujeito falante é importante para a produção de determinados significados e o proferimento emitido pode ser um agente modificador no comportamento, bem como nas intenções do ouvinte.

CONCLUSÃO

Austin se interessa pela linguagem ordinária, pelo uso da língua. Com uma abordagem pragmática abriu espaços para um novo olhar, uma nova concepção de perceber o mundo, formulando uma teoria que passa a dar conta de enunciados mais complexos e que considera as línguas naturais como não transparentes, com variadas possibilidades de interpretações. Nesse espaço, no qual concentra-se a pragmática, os enunciados são analisados e compreendidos para além da sua literalidade. Para compreendermos o sentido de uma determinada enunciação ultrapassamos o linguístico, e precisamos nos voltar a outros contextos para ter uma precisão eficaz em relação ao significado.

Os estudos em relação ao uso da linguagem, mais especificamente relacionados aos atos de fala, foram e são muito importantes para todo o entendimento da linguagem. Austin, ao definir os atos de fala, mostrou-nos que a partir de um proferimento, realizamos um ato locucionário, quando alguém diz alguma coisa, que é proferida pelo falante; o ato ilocucionário, que é caracterizado como sendo o ato que expressa uma determinada força ilocucionária, ou seja, a intenção que é depreendida quando um falante emite um determinado proferimento e, eventualmente, um ato perlocucionário que pode ser percebido como sendo a consequência, o resultado de um determinado ato, o qual entendemos como o efeito

que se produz por dizer algo. A partir dessa definição, podemos compreender o quanto essa caracterização é importante para o entendimento de um dado proferimento, pois nos possibilita olharmos não só para o sentido literal das palavras, mas percebermos que os contextos são relevantes à interpretação dos enunciados. O que conseguimos entender, a partir da percepção de Austin, é que o sentido não é controlado pelo sujeito, que não é, completamente, o dono da situação comunicativa, pois o efeito pode ocorrer à revelia da sua intenção. O que vimos é que todos os atos ilocucionários necessitam garantir sua apreensão. Esta apreensão é também chamada de uptake, mostrando que sua finalidade é tornar compreensível o significado e a força da locução nos proferimentos. As forças ilocucionárias que explicam os diferentes sentidos não emergem das estruturas linguísticas, mas de todo o conjunto de fatores que abrangem não só o ser humano e seu conhecimento linguístico ou prévio, mas também as condições de produção do enunciado.

Concluimos que o sentido não está exclusivamente na literalidade da frase, mas nasce da correlação de diferentes fatores. Podemos dizer que estes fatores vão desde o sujeito, as condições adequadas, o ato de fala, as condições de produção do ato de fala até o conhecimento compartilhado entre o locutor e o interlocutor. Entendemos que essa maneira inovadora de perceber a linguagem humana consolidada por Austin é que dá possibilidade aos estudos pragmáticos, que ao nosso ver é a maneira mais adequada de abordar a linguagem humana e passa a ser constitutiva das práticas sociais, originando-se a partir delas. É importante enfatizarmos que a linguagem é indispensável e é através dela que se estabelece a relação entre as pessoas e o mundo. Sua mediação é significativa e emprega sentido à realidade. E ao falarmos de linguagem, nada mais importante que destacarmos Austin, o qual foi ao mesmo tempo um construtor e um desconstrutor

da linguagem.

Com os estudos de Austin, Searle e Grice, podemos destacar a importância que a pragmática proporcionou aos estudos da linguagem, marcando com isso uma nova concepção para o estudo da língua. Nesse sentido, percebemos a necessidade que temos, de não apenas nos determos aos recursos linguísticos, como também compreendermos que para a produção de determinados significados, precisamos levar em conta contextos externos. Pensamos que, por se tratar do uso da linguagem, os atos de fala se tornam indispensáveis, pois como sabemos, é através deles que comunicamos aquilo que realmente queremos dizer.

Observamos que Austin se interessou pelo ato de dizer alguma coisa e pelas condições assumidas na interlocução. As línguas são desenvolvidas para responder às necessidades dos sujeitos falantes, as quais desempenham diferentes funções. Nesse sentido, é importante o que Austin nos diz, em que as expressões proferidas realizam atos e tanto o proferimento, quanto seu efeito são convencionais, executando um ato específico, alertando para o fato de que as ações em geral são passíveis de serem executadas. Destacamos que cada proferimento tem uma força, uma intenção, que é apreendida através do que dizemos e também da maneira como esse dizer é emitido. Dessa maneira, afirmamos que a intenção está subjacente aos atos de fala e conseguimos compreendê-la, pois o próprio ato de dizer alguma coisa precisa garantir a apreensão dessa força ilocucionária. Assim, todo ato de fala traz junto de si uma intenção, que é garantida pela própria emissão de um proferimento, diferenciando-se da consequência que vai ser produzida. Esta se caracteriza como sendo o efeito produzido no ouvinte, isto é, houve uma mudança em seu comportamento, provocando alterações em sua forma de agir, ou pensar. Portanto, existe uma intenção ilocucionária, bem como uma intenção

perlocucionária, e é este o problema que Austin tentou esclarecer. Podemos dizer, então, que suas ideias proporcionaram uma maneira diferente de perceber a linguagem, para que pudéssemos compreender os processos que envolvem o uso da língua, entendendo assim, a linguagem enquanto ação, percebendo-a através de uma visão performativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. John Langshaw Austin: Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990. [1962]
- BENVENISTE, É. **Problemas de Lingüística Geral I**. 3.ed. Campinas- SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- BERLIN, Isaiah et al. **Essays on J.L. Austin**. Oxford: The Clarendon Press, p. 69-89, 1973.
- CAZARIN, A. E. **A não literalidade do sentido em Austin**. IN ZANDWAIS, A. (org) Ensaio: Relações entre pragmática e enunciação. Porto Alegre: Sagra Luzzado, 2002.
- DASCAL, Marcelo. **Pragmática - Problemas, Críticas, Perspectivas da Lingüística**. Campinas, São Paulo, 1982.
- DASCAL, Marcelo. **Interpretação e Compreensão**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.
- DUCROT, Oswald. **Dizer não dizer: Princípios de Semântica Lingüística**. Tradução de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari, Rosa Attié Figueira. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Oswald Ducrot; revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- FINGER, Ingrid. **Metáfora e significação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- GRICE, Paul H. **Lógica e Conversação**. Campinas: Editora da Unicamp, 1982. [1967]
- LIMA, Marcelo Guimarães da Silva. **Outras Mentes**. Traduzido do original inglês: "Other Minds", publicado em Other Minds, Clarendon Press, Oxford, 1946.

- MARTINS, Francisco. **O Delírio à luz da teoria dos atos de fala**. Psicologia: Reflexão e Crítica, vol 13, nº1, Porto Alegre, 2000.
- MEDINA, José. **Linguagem: conceitos-chave em filosofia**. José Medina; tradução Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- OLIVEIRA, Araújo de Manfredo. **Reviravolta Lingüístico- Pragmática na Filosofia Contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- OTTONI, P. **Visão Performativa da Linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- OTTONI, P. **John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem**. In: Revista Documentos em Linguística Teórica e Aplicada. São Paulo: PUCSP, nº18, p.117-143, 2002.
- PENCO, Carlo. **Introdução à filosofia da linguagem**. Carlo Penco; tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- SEARLE, John R. **Os Atos de Fala- Um Ensaio da Filosofia da linguagem**. Coimbra- Portugal: Livraria Almedina, 1981. [1969]
- SEARLE, John R. **Expressão e Significado: estudo da teoria dos atos da fala**: tradução Ana Cecília G.A. de Camargo, Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995. [1979]
- STRAWSON, Peter. **Sobre Referir**. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975, vol. 52. [1950]
- STRAWSON, P.F. Ensayos logico-lingüísticos. **Intencion Y Convencion en Los Actos de Habla**. Madrid: Tecnos, 1983. [1971]
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. [1953]
- ZANDWAIS, Ana. **Estratégias de Leitura**. Porto Alegre: Sagra, 1990.